



**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL REALIZADA NA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CPMADS), com a participação do deputado Zeca do PT, membro da CPMADS, deu-se abertura da Primeira Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Boa tarde a todos! Declaro aberta a Reunião da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Uma comissão que tem buscado colocar luz sobre vários temas de desenvolvimento e questões ambientais do nosso estado e que cumpre, hoje, um papel importante em um espaço democrático de debate nesta Casa de Leis. Gostaria de agradecer a presença do deputado Zeca do PT, o qual propôs o debate — como membro da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — dos impactos da monocultura do eucalipto sobre os recursos hídricos. É um tema sensível, um tema que merece atenção especial tanto na questão técnica, como na questão de desenvolvimento. Para isso, o deputado convidou o senhor Valticinez Santiago, consultor ambiental e secretário adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Selvíria, que vai fazer a apresentação de uma pesquisa, que desenvolveu trazendo possíveis impactos ambientais causados pelos avanços das plantações de eucalipto na região e seus efeitos sobre os recursos hídricos. Esse é um tema apresentado pelo nobre colega deputado e a nossa dinâmica vai ser assim: depois da apresentação do secretário, iremos abrir o debate para as contribuições. Na mesa, temos o doutor Luciano Furtado Loubet, que representa o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, na pasta do Meio Ambiente; o doutor Marco Antônio Delfino, representando o Ministério Público Federal. Essa será a nossa primeira pauta. Na segunda pauta, iremos discutir o tema que trata da Concessão da Hidrovia do Rio Paraguai. Seja bem-vindo, deputado Paulo Duarte! Teremos a explanação do Bruno Pinheiro, superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), que vai falar um pouco sobre esses estudos. Contamos com a presença dos senhores: Leonardo Gomes, diretor executivo do Instituto SOS Pantanal; Paulo Sérgio Gomes, engenheiro e consultor ambiental, que está na sala virtual; Leila Mussi, presidente do Instituto SOS Paraná; Charles da Silva, representando o Ibama; Reginaldo Gomes, também do Ibama; Amarildo Cabral, defensor público do Estado de Mato Grosso do Sul; Leonardo Miranda, da Associação Sul-Mato-Grossense de Engenheiros Florestais; a comunidade civil aqui presente, professores e também interessados no assunto. Cumprindo o roteiro, vamos passar a palavra para o nosso palestrante, indicado pelo deputado Zeca do PT, para fazer a explanação sobre o primeiro tema. Senhor Valticinez Santiago, por favor, pode ficar à vontade... Acho que ficaria



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

melhor aqui à frente. Estamos sendo filmados pela TV Assembleia. Seja bem-vindo! Quero agradecer a presença do Ramão Jardim, que representa o Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul (Senge). É sempre uma satisfação tê-lo aqui. Com a palavra, o senhor Valticinez Santiago.

SENHOR VALTICINEZ SANTIAGO (secretário adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Selvíria) — Boa tarde a todos! Gostaria de agradecer ao presidente da Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, deputado Renato Câmara, e, em seu nome cumprimento todas as autoridades presentes. Em nome do nosso ilustre companheiro deputado Zeca do PT, cumprimento as autoridades e visitantes. É um prazer contribuir com esta comissão, com esta explanação. É um tema muito sensível, mas, é de suma importância trazer esses dados à Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a todos os visitantes, os que estão on-line e presenciais. Vamos fazer uma apresentação simples, para vocês terem uma noção. Meu nome é Valticinez Barbosa Santiago, atualmente sou secretário adjunto da Prefeitura Municipal de Selvíria, tenho o meu escritório, a DG Consultoria. Em 2018, desenvolvi um projeto de recuperação de nascente, o Projeto Adote uma Nascente. Esse projeto nasceu em Brasília, eu o remodelei e trouxe-o para o estado, para o âmbito dos assentamentos. Tivemos, graças a Deus, bastante êxito e isso nos levou a Manaus, em 2018, a convite da Confederação Nacional dos Municípios. Em 2019, estivemos em Brasília, participando de um congresso nacional, de "pós-prática" e ficamos entre os cinco melhores projetos em nível de Brasil. Por meio desse estudo de conhecimento nessa área ambiental, já tínhamos os dados, aprofundamos esses dados e fizemos o levantamento na região leste do estado e, sucessivamente, fizemos um estudo em mais de cinquenta e três municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, onde fizemos um levantamento das trezentas e cinquenta nascentes cadastradas. O nosso estudo foi realizado nos assentamentos da região leste de Mato Grosso do Sul, do município de Selvíria, nos assentamentos Alecrim, São Joaquim, Canoas, 20 de Março; nos assentamentos da região de Santa Rita do Pardo e Três Lagoas. Fizemos um demonstrativo sobre a questão dos impactos da silvicultura nos municípios, bem como a questão da pecuária e da agricultura. Vamos finalizar mostrando as imagens das nascentes que estão sendo comprometidas; deixamos claro que não somos contra o desenvolvimento, mas, da maneira que está sendo feito, vemos os impactos para os sítios, para os assentados, principalmente para os pequenos, que necessitam da Reforma Agrária, que necessitam do desenvolvimento sustentável em todo município. Vamos fazer uma demonstração sobre os índices da parte da pecuária, a perda do volume de gado em cada município; podem ver que isso ocorre em Água Clara, em Aparecida do Taboado, em Brasilândia, em Campo Grande. Destacamos Campo Grande porque o impacto da silvicultura já vem avançando de forma muito intensa e é um problema muito sério. Existe a questão da compensação ambiental, que é feita pelas empresas de silvicultura, mas, esses recursos não ficam nos municípios; infelizmente, eles vêm para o órgão licenciador e os municípios ficam com os impactos. Vamos demonstrar isso, para vocês terem o conhecimento, onde os municípios vêm perdendo. Em 2010, fizemos alguns estudos em amostras, considerando a questão da aquicultura, a perda... 2010 foi o ano que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

usamos de base, de referência. Neste eslaide, temos questão, dentro da pecuária, a questão do aquicultor, dos ovinos, caprinos e equinos, que afetam também os assentados... Os impactos que vêm perdendo ao longo dos anos. Toda linha da pecuária, que os afeta, vem perdendo mercado, não conseguem fazer... E, neste eslaide, a silvicultura! Chegamos lá, em 2010, pegamos o início, no município de Água Clara, onde não havia silvicultura. Os municípios pioneiros da silvicultura, à época do plantio de eucalipto, seriam só Ribas [interrupção na gravação]... A questão tributária do ICMS, que gera no município, sede das empresas... Aqui vemos o índice da parte da economia nos municípios em 2010. Analisamos o primeiro e último censo; depois viemos até 2023. Agora, neste eslaide, entramos nos municípios impactados com a perda dos recursos ambientais. Vamos fazer uma demonstração das nascentes da região leste e, depois, das nascentes dos outros municípios. Falei para o doutor que estamos dentro da Bacia do Rio Paraná e, gradativamente, dentro da região de Coxim, onde já estamos entrando nos afluentes do rio Paraguai. Vocês podem ver que essas nascentes estão todas comprometidas. As cabeceiras das nascentes estão todas comprometidas, praticamente, perderam o ciclo da água, o fluxo de água. Por que elas perderam? Porque você tem uma cabeceira... Mais para frente temos a cabeceira do assentamento São Joaquim, no município de Selvíria... São vários municípios em que eu fiz uma demonstração, são trezentas e cinquenta nascentes, e peguei algumas principais. Esse é o ribeirão Dois Córregos, no município de Selvíria, próximo ao assentamento Alecrim. Não fazemos a demonstração do assentamento para não o expor, mas, vocês podem perceber esse avanço da silvicultura aqui embaixo... Temos estimativas de, aproximadamente, mil, seiscentos e sessenta e seis pés de eucalipto na cabeceira das nascentes, que, automaticamente, perdem o fluxo da água, que tem o volume reduzido, perde o curso natural, porque o escoamento da silvicultura é muito perto delas. [Segundo a lei], em torno de cinquenta metros [seria a área de preservação], mas, em muitos casos, isso não é assegurado. Por quê? Um dos problemas muito sério, doutor Luciano, é que os municípios não têm a legislação de uso e ocupação do solo e, através da silvicultura, ela é dispensada. Essas empresas chegam aos municípios, muda totalmente a cultura do que estão plantando, sem a anuência do município. Essas propriedades acabam sendo propriedades particulares e a prefeitura, o poder público, não tem acesso, porque são propriedades fechadas. Um dos grandes problemas, é que nesses municípios, principalmente nos da região leste, os proprietários dessas terras são moradores do Estado de São Paulo, que alugam, que arrendam essas propriedades totalmente, acabam com a sede e com todas as áreas verdes, e vão embora, abandonam a propriedade e vão receber só os lucros. Essas propriedades ficam praticamente sem o controle do poder público municipal, até por ato de fiscalização. O que estamos apresentando, por meio do deputado Zeca do PT, é que, através desta comissão, haja essa revisão na questão de os municípios poderem fazer esse ato de anuência, porque, estamos tendo terras agricultáveis em que estão sendo plantados eucaliptos. Os municípios não têm... [As empresas] chegam e, no outro dia... Falo como secretário adjunto, nunca recebi um pedido das empresas solicitando anuência para fazer esse processo de reflorestamento na questão da silvicultura. Vocês podem ver que essa área de plantio são... Estamos fazendo em municípios aleatórios. Vocês podem ver a mesma situação, a nascente do meio, esse caso é bem típico, o plantio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

da silvicultura está em cima da cabeceira da nascente. No final da foto, vocês podem perceber que o volume da água está ali, ou seja, são mil, seiscentos e sessenta e seis pés de eucalipto consumindo quarenta e seis litros de água, em média. Há muitos estudos, inclusive da Embrapa, que afirmam isso. E tem a questão da chuva. Uma chuva de cinquenta milímetros tem um impacto de uma gota d'água e, para atingir a superfície, ela tem a velocidade média de quinze quilômetros por hora. Para o volume de chuva conseguir penetrar o solo e fazer todo o processo, tem que ser uma chuva, no mínimo, constantemente de cem milímetros ao dia. Segundo o nosso estudo, não temos esse volume, é raridade esse volume de chuva. Então, temos uma questão muito séria para fazer a manutenção do solo. Essa imagem é da região de Aparecida do Taboado. Nessa setinha, vemos que a nascente está toda cercada. O escoamento da chuva não consegue chegar ali, porque o plantio é muito extenso. Temos uma parede verde nas suas copas, que dificulta a infiltração da chuva no solo e um dos maiores volumes de água é através da chuva; mas, essas nascentes não são renovadas, porque há essas dificuldades. Estas imagens são do município de: Água Clara; Paranaíba, assentamento Serra — os nossos companheiros lá do assentamento —; e região de Inocência. Onde está a setinha, é a nascente. No município de Selvíria, vemos a nascente, é nítida que ela está totalmente sufocada, perdendo o curso d'água, bem como nos assentamentos Garcia e 20 de Março, no município de Santa Rita do Pardo, na região do Mutum. Toda a região lutando por água, por necessidade. Um dos maiores problema são esses grandes avanços, e estamos jogando a responsabilidade da Agricultura Familiar ter que sustentar e levar a comida aos pratos dos brasileiros. Vamos chegar um pouco mais à frente e serão as mesmas demonstrações. Na região de Moranga, novamente, vocês percebem que o estudo aponta esses mesmos problemas e aqui, doutor Luciano, gostaria novamente de pedir a atenção do senhor. Vamos fazer uma demonstração no município de Campo Grande, na nossa sede. Vocês veem o avanço da silvicultura, por isso coloquei esse demonstrativo em Campo Grande, para chamar a atenção, porque não é um problema isolado. É um problema que vem decorrendo desse ponto aí. Novamente, não somos contra, mas acho que precisamos fazer e reformular uma discussão positiva nessa linha. Aqui, são as regiões de Pontinha do Cocho, Corumbá e Figueirão. Percebam como o avanço já vem se agregando. Aqui, em Costa Rica, também, as bacias já estão sendo divididas. Saindo da Bacia do Rio Paraná, temos a região de Alcinópolis, Pontinha do Cocho e Pedro Gomes. Como falei no início, quero ressaltar que temos cinquenta e três municípios com tendência, com grande avanço da silvicultura. É um problema que temos na região leste, mas que, conseqüentemente, haverá problema em todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Justamente nós, que somos o guardião e o berçário do Pantanal. A região de Paranhos apresenta as mesmas dificuldades; fizemos alguns estudos, pegamos algumas fotos para demonstração. No meio, é a foto de Coronel Sapucaia... Trouxemos essas informações para mostrar que o avanço é grande e precisamos ter uma reformulação na questão da legislação. Essas são imagens de rios secos, na região de Camapuã, e já vão se encaminhando para o rio Coxim. As nascentes desses rios já estão comprometidas. Os fluxos de água já estão críticos, sendo necessário fazer a reposição da mata ciliar e fazer um trabalho a campo. Temos outros municípios nos quais realizamos os estudos, como Alcinópolis, e já vamos caminhando para a região de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

Jauru, Coxim, com rios que estão, praticamente, com todas as suas nascentes... Gostaria de dizer que um dos maiores problemas que detectamos neste projeto, neste estudo — foi feito pelo meu escritório, mas, temos conhecimento pela Secretaria Municipal de Selvíria, é que os impactos ficaram com os municípios. Essas empresas até fazem as compensações e os recursos de compensação são muito altos, mas, chamamos a atenção — e agradecemos ao deputado e a toda sua equipe, aos assessores, estou aqui para dar voz aos assentamentos, que vêm até o deputado pedir essa oportunidade de demonstrar isso para vocês — porque é necessário dividir esses recursos com os municípios, que ficam com esses prejuízos. Os municípios só ficam com o impacto, com toda perda da cultura, tanto social, ambiental e financeira. Estamos sugerindo que seja feito da mesma forma que se faz com o petróleo, com o gás, com o minério, enfim, com os "royalties". Que os municípios não percam esses recursos. Acredito que, brevemente, devemos apresentar um projeto para vocês, da comissão, e vamos chamar os senhores promotores para que façamos, juntos, essa discussão plausível. Não somos contra o desenvolvimento, somos a favor do progresso, mas, infelizmente, isso vai custar vidas, vai custar a humanidade [sic]. Não podemos mais virar as costas para uma situação dessa. Fico aberto para qualquer pergunta ou questionamento. Agradeço a oportunidade.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (presidente da CPMADS) — Obrigado, Valticinez. Passo a palavra ao deputado Zeca do PT, para fazer suas considerações.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMDAS) — Obrigado, presidente. Cumprimento as autoridades e todos os presentes. Quero dizer da satisfação e da importância deste momento em que estamos fazendo este debate. É aqui mesmo que ele tem que acontecer. Queria, rapidamente, dizer a todos os senhores que essa temática me preocupa. Há algum tempo, tenho, sem querer, encontrado uma relação direta com essa história da floresta de eucalipto em nosso estado. Era mais ou menos 1992, durante o meu primeiro mandato como deputado estadual nesta Casa, recebi em uma bela manhã, um cidadão que conseguiu escapar do campo de concentração. Denominamos assim, na época, as florestas de eucalipto da Costa Leste, exatamente na região de Ribas do Rio Pardo, florestas de eucalipto no Bolsão, que surgiram com o incentivo de uma lei criada no regime militar, um fundo de investimento chamado Fundo 157, que permitia o abatimento do Imposto de Renda para as empresas que se propusessem a fazer florestas de eucalipto no Bolsão ou na Costa Leste. Muito se plantou, mas, depois, sem mais os incentivos fiscais, abandonaram [as florestas], que se transformaram em verdadeiros campos de concentração, com a extração de eucalipto e com a implantação de dezenas, talvez até de centenas, de carvoarias, onde submetiam as pessoas, desde criança até idosos, a um trabalho assustador. A denúncia que fiz na Assembleia, a partir da visita que recebi desse cidadão, despertou a mídia nacional e fizemos — com a mídia nacional, com as redes de televisão — uma história na região, que constatou isso tudo e resultou na criação — no governo do falecido ex-governador Wilson Barbosa Martins — de uma comissão de apoio aos trabalhadores e de busca de alternativas para o trabalho escravo que lá era executado. Em 2005, já no meu segundo governo, um dia, recebi a visita de empresários e do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

presidente da International Paper para a América do Sul, propondo alternativas para a implantação da primeira fábrica de papel e celulose, exatamente em Três Lagoas. Dessa conversa, resultou uma visita nossa, com apoio do então ministro do Ministério da Indústria e Comércio, determinado pelo presidente Lula, ao Estado da Carolina do Sul, à sede da International Paper, que, a partir de 2007, começou a construir em Três Lagoas. Construiu a primeira fábrica, ou a primeira indústria, de papel e celulose em Mato Grosso do Sul. Esse histórico que faço para vocês, rapidamente, resultou na realidade que temos hoje, do ponto de vista econômico, uma coisa extraordinariamente grande para Mato Grosso do Sul, com a previsão da sexta ou sétima nova indústria para se instalar. Periodicamente, visito as regiões como deputado e estive no Bolsão; em Inocência; em Ribas do Rio Pardo... O presidente Lula esteve em Ribas, na inauguração da quarta fábrica de celulose... Enorme, extraordinária, grande, moderna... Começa a se articular uma grande movimentação de gente, de pessoas, de máquinas, na implantação que acontece, neste momento, em Inocência, da quinta ou sexta fábrica, com a previsão já de mais uma ou duas para Bataguassu e, talvez, outra para Santa Rita do Pardo. Enfim, indústrias estão sendo articuladas! Em todas essas visitas — particularmente nas últimas — tive a oportunidade de conversar com os assentados, com os professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, que me manifestaram a mesma preocupação que o professor traz aqui, de que as nascentes de rios na região da floresta de eucalipto estão secando, que está cada vez mais escassa a água, os córregos estão secando e, o que é pior, a fauna na região começa a debandar, a desaparecer em função da falta de comida. Segundo os assentados — e tenho aqui uma carta deles, de algumas lideranças exatamente lá de Selvíria —, quando eles plantam pé de banana, de cana ou de limão, aquilo parece uma árvore de Natal de tanta arara, papagaio, periquito e outras espécies de passarinhos buscando uma alternativa para comer. Até porque as florestas — fala-se que estão chegando a dois milhões de hectares, aproximadamente, de eucaliptos plantados — não oferecem nenhuma alternativa de alimentação para esses animais. A partir disso tudo que foi constatado e a partir dessa carta que recebi, despertou-me a ideia de conversar com o presidente da CPMADS, companheiro Renato Câmara, para propor a oportunidade de trazermos, da forma mais tranquila e mais serena possível, a abertura desse debate. Quais implicações, de fato, o eucalipto gera, além do resultado econômico enorme, da geração de emprego e de outros atrativos para o desenvolvimento do estado? O que gera de contraditório, do ponto de vista também das implicações para o meio ambiente? Essa carta me sensibilizou, fiz a leitura dela no Plenário, e diz, mais ou menos, nos principais pontos, o seguinte: "Boa tarde, deputado Zeca. Somos moradores do assentamento São Joaquim, no município de Selvíria. Venho, através desta simples e humilde carta, fazer alguns pedidos, pois, estamos sofrendo muito com a monocultura do eucalipto. Precisamos — é interessante como são inteligentes, a inteligência popular — aumentar o limite de área nas áreas de preservação, fazer o plantio de árvores frutíferas para o alimento dos animais silvestres". É interessante, percebo com quem tenho conversado, com enorme simpatia, que seria uma forma de compensação ao plantio de eucalipto: para cada cinco mil, dez mil hectares, quinhentas hectares, sei lá quanto, iria ser definido um termo, de acordo com o Ministério Público, por exemplo, [com a quantidade] de árvores frutíferas para



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

alimentar as aves e animais da região. Continuando: "Não coletar a água das represas, ou nascentes, para molhar eucalipto, manter uma fiscalização mais rigorosa nessas empresas e, por último, os animais, onde vivemos, estão se acabando, sem podermos fazer absolutamente nada. Peço para mostrar para algumas autoridades essa nossa carta". Colocou o nome e o telefone. Além da academia, eu diria até os professores da UFMS de Três Lagoas que me expuseram, já uns dois anos atrás, quando fizemos um seminário sobre o desenvolvimento da Agricultura Familiar, os técnicos da universidade mostraram-me as implicações, como o professor também traz aqui. De outro lado, agora, uma carta muito séria denunciando aquilo que está trazendo como implicação negativa para a sobrevivência das próprias comunidades dos assentados em toda região da Costa Leste. Acho que é oportuno o debate e encerro dizendo que, evidentemente, temos — com as autoridades que estão aqui, com a Assembleia Legislativa, com o próprio Executivo — que aprofundar esse debate para vermos alternativas que nos permitam melhorar a vida de quem, hoje, mora na região. Obrigado, presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) —
Passemos à segunda etapa do nosso debate, que é a manifestação livre. Quero começar pela mesa. Algum inscrito? Passo a palavra ao promotor Luciano Furtado Loubet, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

SENHOR LUCIANO FURTADO LOUBET (promotor do MP/MS) — Boa tarde. Estou muito honrado com este convite, deputado Renato Câmara. Agradeço a esta Casa por, novamente, dar oportunidade ao Ministério Público de estar aqui, em um debate tão relevante, que é essa questão do plantio do eucalipto, essa nova matriz econômica do estado que, como o senhor disse, ninguém é contra, todo mundo a favor de que o estado se desenvolva, gere empregos, mas, precisamos observar os impactos ambientais — que acontecem em qualquer opção — e temos que lidar com esses impactos de uma forma franca, aberta e democrática, como está sendo feito aqui. O primeiro ponto, Valticinez... Primeiro, fico muito feliz em ver o estudo e quero dizer que a temática de recuperação de nascentes e mata ciliares é muito cara ao Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Temos o programa SOS Rios. Na verdade, esse programa tinha algumas iniciativas, e começou de um projeto que desenvolvi em Bonito, o projeto Formoso Vivo, de recuperação das matas ciliares do rio Formoso nos idos de 2002, 2003. A partir desse projeto, que foi premiado, foi se expandindo e o Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem mais de quatro mil propriedades cadastradas, dois mil quilômetros de rios, que conhecemos de ponta a ponta, da nascente à foz. Trabalhamos, individualmente, em cada propriedade dessas, na ideia de recuperar mata ciliares e nascentes. Qualquer criança sabe da importância de preservar as nascentes para o nosso bem essencial, que é a água. Em segundo lugar, um outro programa que o Ministério Público também desenvolve, é o DNA Ambiental, que é um monitoramento do desmatamento ilegal. Antes de o Estado de Mato Grosso do Sul estar preparado — hoje, o estado está robusto nessa questão e houve um avanço muito grande na fiscalização do desmatamento ilegal —, o Ministério Público, em 2008, foi o primeiro órgão estadual, em Mato Grosso do Sul, a fazer um trabalho de conferência de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

desmatamento ilegal no estado. Tenho orgulho de dizer que não passa um palmo de desmatamento ilegal no estado sem que nós constatemos e vamos atrás; eventualmente, não conseguimos responsabilizar, punir, mas, monitoramos isso com muita seriedade. Da sua fala, não vou discutir questão de matriz econômica, porque foge do meu conhecimento, da minha atuação. A mudança de pecuária para silvicultura, os impactos que isso traz na redução do ICMS, se gera mais ou menos emprego do que a pecuária que existia antes; pelo pouco que conheci, era uma pecuária também extensiva, de pouca geração de emprego, mas, não tenho dados e não me arriscaria a falar do que não entendo. Um segundo ponto é que, apesar de eu não conhecer, justamente em razão de toda essa história... "Ah, eucalipto seca a terra". Já busquei conhecimento e não tenho uma conclusão, mas, dos estudos em que busquei, inclusive alguns da Embrapa, não apontavam essa questão de que quando eu planto eucalipto, ele seca a terra mais do que, por exemplo, a pecuária; ou mais que o milho; ou mais que a soja. Então, esse estudo que o senhor está trazendo para nós, eu vou ler com muito cuidado, porque, gostaria de ter uma conclusão e, quem sabe, isso pode ser um encaminhamento da Assembleia Legislativa. Que tenhamos um estudo voltado para o nosso estado e para nossa região, concretamente com muitos pesquisadores competentes que temos no estado — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Embrapa — para responder concretamente essa questão. Afinal, o eucalipto seca mais a terra do que eu plantar milho e soja em uma... Como no nosso estado, eu tenho ali, alternando, soja e milho em uma área; em outra área, tenho uma pecuária que não mexe tanto no solo; em outra área, tenho eucalipto que também não mexe muito no solo; você tem o plantio no primeiro momento, depois, tem seis, sete anos de ciclo. Precisaria ter uma resposta concreta, até para as compensações ambientais e as medidas [cabíveis]. Outra questão que eu me ponho em pergunta é: será que essas nascentes já estavam, ou não, degradadas antes? Porque a gente sabe que nessa região, especialmente na Bacia do Rio Taquari, para onde estava avançando também isso, em todas as regiões, a maioria de solo mais arenoso, é onde se dá o eucalipto e tínhamos um processo muito grande e histórico de degradação de nascentes. Então, é outra pergunta que eu acho que a academia poderia responder. Agora, falando especificamente sobre a questão jurídica, o senhor falou assim: "A prefeitura não fica nem sabendo, a pessoa substitui a pastagem dele pelo eucalipto e nem pede autorização". Na verdade, em nosso estado, e foi uma decisão do Estado, ele dispensa de licenciamento o plantio de eucalipto, assim como dispensa o plantio de soja, o plantio de milho... Então, é uma opção do proprietário, autorizada por omissão pelo poder público como um todo; se ele vai plantar milho, se ele vai plantar soja, se ele vai criar gado ou se vai plantar eucalipto, a prefeitura não tem como fomentar isso, o Estado não tem como fomentar isso, a não ser se... Como volta e meia, o pessoal de Bonito, pergunta: "Mas, doutor, a gente faz aqui e está aumentando muito o plantio de soja". E não sei o quê. Bom, vocês têm um instrumento na mão, que se chama Zoneamento Ecológico-Econômico, que pode ser feito em nível municipal, estadual ou federal. O município que tem uma vocação específica pode — se tiver a questão, eu não queria falar isso —, se tiver vontade política de enfrentar a situação, falar: "Olha, nessa parte aqui planta-se isso e isso; naquela, planta-se outra coisa". É preciso enfrentar a discussão através de um Zoneamento Ecológico-



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

Econômico, porque essa questão da dispensa de licenciamento... Porque a gente sabe que, invariavelmente, e aí não estou dando palpite, é uma coisa de conhecimento comum, a partir do momento em que você muda, por exemplo, uma pecuária extensiva que tem uma série de árvores de pastagem e tal — e vemos isso todo dia —, especialmente quando muda de pecuária para soja, e pecuária para eucalipto também, ocorre uma perda de diversidade, porque há uma série de árvores nativas que deixam de estar ali. Pode-se estar correndo o risco de ter um deserto verde nessas áreas. Especificamente sobre as nascentes, o que temos de problema? O Código Florestal... Pelas imagens que o senhor mostrou, que eu consegui ver, a grande maioria me parece a respeito do que está no Código Florestal, que são cinquenta metros. Isso quando não é uma área consolidada, que pode chegar a quinze metros, se não me engano, ou seja, é uma área que já estava desmatada anteriormente. O estudo do senhor me traz uma informação nova, porque, no geral, e temos que reconhecer o que é positivo, pelo menos no meu dia a dia, chega muito pouco problema de desmatamento em área de eucalipto. Por quê? Porque essas grandes empresas têm uma certificação em que elas não podem plantar em área de preservação e em área de desmatamento recente, sob pena de perder essa certificação, que é muito maior até do que a questão da legislação. Então, elas têm essa certificação e o que me preocupou muito, deputado — e aí, talvez, seja o caso de a Assembleia se debruçar sobre isso também —, é que, pela primeira vez, eu vi um grande pedido de desmatamento para fins de plantio de eucalipto. Acompanhamos, mais ou menos, esses pedidos e, hoje, se vocês observarem, no site do Imasul, há dois Estudos de Impacto Ambiente e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) que, somados, dão dezesseis mil hectares para desmatar para fins de plantar eucalipto. Está lá no site do Imasul. O que estamos vendo com frequência são pedidos de desmatamento para conversão de uso de pastagem nativa e, geralmente, vegetação nativa no Pantanal. Tivemos um movimento na região da Bacia do Rio Paraná, onde desmataram muito; depois, na Bacia do Rio Paraguai, no planalto e, hoje em dia, na planície. Espero que, como sociedade, em algum momento, avancemos para dizer: olha, não faz mais sentido matar nada para plantar. As pessoas têm direito? Têm! Vamos encontrar saídas para que essas pessoas recebam para não precisarem desmatar. Não é possível que, hoje em dia, nessa altura do campeonato, em que estamos com emergência climática, ainda tenhamos que dar autorização para desmatamento de dezesseis mil hectares para o "cara" plantar eucalipto. Ou vinte e cinco, trinta mil hectares para o "cara" mudar, lá no Pantanal, para plantar pasto nativo, colocar boi. Temos o direito de propriedade e temos que respeitar, mas, como sociedade, temos que buscar instrumentos positivos e econômicos para podermos pagar para essa pessoa preservar. É nisso que o Estado vem avançando, com essa Lei do Pantanal, o fundo de quarenta milhões e, agora, com a regulamentação do mercado de carbono, talvez isso seja uma outra alternativa. Essa informação está lá, concretamente, e vai sair esse desmatamento na região de Ribas do Rio Pardo. Vai sair concretamente porque o cidadão tem o direito de desmatar e não sei como que vai lidar com essa questão. Uma outra sugestão, é a questão de florestas privadas. Essas grandes companhias de hoje, conseqüentemente em razão do tamanho das áreas que elas têm, são as maiores gestoras de floresta privada, imagino eu, do estado. Elas têm os 20% de reserva legal, têm parte da Área de Preservação Permanente



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

(APP) e isso poderia servir de grandes corredores ecológicos, de área de pesquisa, de situações para que esses impactos sejam mitigados. Já estou indo para o meu encerramento. Outro ponto que precisamos ver também, um ponto de dúvida que tenho, já tivemos um ou outro caso de denúncia, que é o uso de agrotóxicos na questão dos eucaliptos. Parece-me, pelo que vemos no dia a dia, que não é tão forte, ou usual, como é no milho, na soja, mas, também é um impacto a ser pensado e isso tudo não é visto, muitas vezes, porque temos uma legislação que dispensa o licenciamento ambiental da silvicultura no estado. Leis semelhantes já foram julgadas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal. Concretamente, daquilo que me toca como promotor de Justiça que dirige o Núcleo Ambiental, vou receber esse estudo do senhor, passar para o nosso Núcleo de Geoprocessamento para observar se ele cumpre a lei. Não o estudo, mas, se nessas regiões de nascentes, há áreas plantadas de eucalipto em áreas que são de preservação permanente. Se forem de preservação permanente e se tiver eucalipto plantado, aí vamos acionar os órgãos competentes, que é o Imasul, para fiscalizar na parte administrativa, e o colega promotor de Justiça lá da ponta, na parte da responsabilidade civil e criminal. Agora, se houver um respeito à legislação e ele estiver plantando fora da área de preservação permanente e aquela área, eventualmente... É um outro ponto que vamos consultar, também, eu tenho uma área degradada ali e existe um projeto de recuperação, então, esses dois pontos vamos levar à frente. Primeiro, verificar se está, ou não, cumprindo a legislação ambiental na parte de distância. Por meio de satélite, olhamos e constatamos fácil e rapidamente. E, sendo uma área degradada, constatada por satélite também, conseguimos levantar os dados, se nessa área tiver um projeto de recuperação — porque mesmo que ele esteja plantando fora da área de preservação permanente e se a nascente estiver degradada, precisa ser recuperada e recupera-se através de um projeto de recuperação. É isso, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (proponente) — Com a palavra, o doutor Marco Antônio Delfino, procurador do Ministério Público Federal (MPF).

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO (procurador do MPF) — Bem, inicialmente, quero agradecer ao deputado Renato Câmara. Vou ser bem breve, porque o doutor Luciano e o deputado Zeca do PT foram bem abrangentes. Quero colocar, de uma maneira bem singela, a questão do licenciamento, que foi apontada. No meu entender, houve um equívoco do Estado na questão do licenciamento de plantações. Parece-me que a intenção técnica... Entende-se que o impacto daquelas plantações é insignificante. Fazendo uma analogia com os casos, muito comuns, daqueles furtos em bancos, de centavos; a pessoa vai furtando centavos que, em um milhão de contas, consegue furtar um milhão de reais. A grande questão que me parece ser o equívoco metodológico dessa decisão do Imasul, é não entender algo que já está previsto há muito tempo no licenciamento ambiental, que são os impactos sinérgicos e cumulativos. Na verdade, um mais um não são dois. Um mais um são três, ou cinco, ou seja, esses impactos se somam de forma sinérgica. Uma coisa é você ter mil hectares; outra coisa é você ter duzentos mil hectares não licenciados, ou trezentos mil hectares. Parece obvio — tal como



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

a questão do furto de banco — que algo que parecia insignificante, ou desprezível do ponto de vista de impacto financeiro, no caso dos centavos, quando somado, torna-se algo absolutamente estrondoso, significativo. É justamente isso que estamos vendo aqui. Não há como desconsiderar de forma isolada esses empreendimentos, eles têm que ser vistos de forma conjunta e licenciados de forma conjunta, justamente por conta desses impactos extremamente relevantes, que decorrem justamente da sobreposição dessas atividades em seus efeitos. Efeitos que desbordam do próprio bioma em que, teoricamente, eles se inserem, como vimos na apresentação do Valticinez, algo que abordaremos no tópico seguinte, que são os impactos antrópicos na Bacia do Rio Paraguai. Algo que, quando houver a apresentação da Antaq, provavelmente, será totalmente desconsiderado. Como se o rio fosse um ente isolado, que estivesse no espaço e que não sofresse ações. Acho que é apenas isso. Agradeço o espaço.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Quero deixar a palavra aberta para alguma complementação. E... Com a palavra, o deputado do Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMDAS) — Eu acho que a fala... Entendo que a fala do doutor Luciano — e tanto a fala do doutor Marco Antônio e do Valticinez — aponta para o sentido, concreto, de se perceber que tem problema nessa história. Portanto, carece — e é legítimo e verdadeiro — de um aprofundamento, de um estudo, de uma análise por especialistas, pela academia, pela Embrapa, por quem quer que seja, por técnicos, enfim, credenciados que, eventualmente, possam ser contratados para aprofundar essa problemática e ver o que, de fato, tem como resultado essa história do eucalipto na região leste do nosso estado. Senhor presidente, presumo que essas grandes empresas, quando fazem esses investimentos e o projeto de plantio da floresta de eucalipto, como essa de dezesseis mil hectares que está sendo solicitado, tenham um fundo de compensação ambiental. Os recursos devem ser disponibilizados para isso, o que demanda tempo. Enquanto se aprofunda esse estudo, não poderíamos — nós, presidente, a comissão — solicitar a informação do Governo do Estado, com relação aos recursos disponibilizados nesse fundo de compensação, para, a partir daí, acelerar duas coisas que possam mitigar o problema: em primeiro lugar, a recuperação das nascentes, pois isso, efetivamente, ocorre; em segundo lugar, através de um Termo de Ajuste de Conduta, doutor Luciano, não sei se cabe isso. Fazer um acordo com as empresas para que, das áreas, como essa de dezesseis mil hectares, preserve-se um espaço para plantio de árvores que possam alimentar e garantir a permanência da fauna da região; sob pena de os animais desaparecerem da região. Acho que são medidas que vêm ao encontro dessa demanda, que as famílias dos assentados me apresentaram, que vou encaminhar para o senhor, com telefone, com tudo, para ajudar. Além disso, para sairmos daqui com alternativas que possam, além do estudo, acelerar algumas iniciativas no sentido de ajudar a reparar o problema.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — A próxima contribuição... A manifestação e o nome. Há um inscrito, depois, passo a palavra.

SENHOR RUI ESPÍNOLA BARBOSA (representante da sociedade civil/Bataguassu) — Boa tarde, presidente Renato, deputado Zeca do PT, promotor Luciano e o procurador que fazem parte da mesa e todos os presentes aqui. Meu nome é Rui Espínola Barbosa. Sou dentista, jornalista, bacharel em Direito, oficial do Exército e cidadão bataguassuense. Eu me apresento como... A partir da sua exposição com relação às nascentes e pela importância do tema; a partir do momento em que recebi o convite da assessoria do deputado Renato Câmara, pelo interesse e por envolver Bataguassu; e conforme o deputado Zeca disse, há um estudo para instalação de mais uma indústria em Bataguassu, que está como a "bola da vez"; eu me senti no direito, no dever e na obrigação de vir aqui e dar a minha contribuição. Há uma história que diz: "Quando entra o boi, sai o homem", e lá em Bataguassu não foi diferente. Tínhamos o amendoim, o algodão e chegou a pecuária. Com a pecuária, saiu o homem, mas, da mesma forma, houve a contribuição, através da segunda, talvez a primeira maior planta frigorífica do Centro-Oeste, que é a Marfrig, que gerou muito emprego e desenvolvimento para aquela região, para nossa cidade. Além disso, 30% do nosso território ficaram submersos por conta da Usina Hidrelétrica Sérgio Motta. Vemos que o município diminuiu em extensão territorial, mas, não perdeu o interesse do poder econômico, das empresas, os interesses de desenvolvimento de Bataguassu. Começamos a analisar o porquê, se é a terra produtiva ou a proximidade com os Estados de São Paulo e Paraná, que encurta a distância em tempo de logística, trazendo mais rendimento para o empresário, como não poderia deixar de dizer, também, que o Estado acaba arrecadando impostos. Se fosse Bataguassu, ou Coxim, ou Corumbá, ou Ivinhema, o Estado arrecadaria do mesmo jeito. Então, o interesse não é somente pelas terras de Bataguassu, é por essa proximidade com o grande centro. No segundo tópico, vamos discutir a questão da hidrovia. Temos dois grandes rios: o Pardo e o Paraná. O deputado, enquanto governador, pôde acompanhar: temos um porto, mas, temos o problema da falta de navegabilidade. Então, vai ter um problema muito sério, que é ter que dragar aqueles rios para que possam funcionar como transporte fluvial, mas, não adianta ter esse interesse puro e simplesmente. O porquê Bataguassu e aquilo que pode causar impacto: temos o Marfrig; temos toda a produção de picles consumida pelo McDonald's e Subway, é tudo produzido em Bataguassu; produzimos toda a muçarela da Pizza Hut. O que Três Lagoas representa para o estado, Bataguassu também está na cola desse desenvolvimento, mas, quanto ao impacto causado, já não estamos dando conta de resolver os problemas, sem estudos, dessa indústria que vai se instalar, deputado Zeca, porque temos, a partir do estudo do doutor, a nascente do córrego Guaçu, que está abandonada, está morta. Precisamos, com "urgência urgentíssima", que o Ministério Público e esta comissão, durante a realização desses estudos, já possam, de imediato, através de uma visita, de uma conferência "in loco", verificar o que já está causando e o que vai ser causado com a instalação dessa indústria. Como cada um dos senhores presentes, não somos contra a instalação de indústria que vai gerar emprego e renda, mas, defendemos que tem que ser realizado um estudo sério, que possa trazer solução, garantias... Se não damos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

conta de atender a saúde da população que temos hoje; se não temos escola para todo mundo; se não temos asfalto... Esta semana, chegarão setecentos trabalhadores para a Bracell; vão construir uma área e vão estar, com perdão da palavra, "estuprando" o município de Bataguassu. "Ah, mas vai gerar desenvolvimento". A geração de desenvolvimento é bem-vinda, mas, através desta comissão, que possamos aprofundar esses estudos, ideia brilhantemente proposta pelo deputado Zeca. Já acompanho o trabalho sério da comissão, conduzida pelo deputado Renato, de uma forma que tem dado resultados positivos na região do Pantanal, mas, que tenha também esses resultados positivos em Bataguassu. A situação me preocupa, presidente, e a minha contribuição é para que, realmente, possa esta comissão dar esse olhar, efetivamente sério e comprometido, para que a população de Bataguassu não venha a ser penalizada. Queremos o desenvolvimento, mas, precisamos desse zelo, desse carinho, dessa atenção com relação... Temos o córrego Guaçu, para finalizar mesmo... Que a comissão anote, como eu não trouxe o documento, mas, o córrego foi desviado! Deputado Zeca, o senhor não acredita. Vem o córrego Guaçu normal; construíram a rodovia MS-395, ele cruzava aquele braço da MS-395, de Bataguassu até Ribas do Rio Pardo, e desviou, jogou no terreno de um pequeno produtor de vinte alqueires e, agora, cinco alqueires estão inundados. Ele está sendo prejudicado! Foi protocolado o pedido, o Imasul até hoje não resolveu o problema. O Ministério Público tem conhecimento, mas, não temos a solução ainda, nem por parte da prefeitura, do Governo do Estado, de ninguém. Que a comissão tome essa iniciativa e tente resolver essa questão do Guaçu, porque já é um impacto sem a Bracell; com ela, vai afetar muito mais ainda. Não gostaria de levar essa responsabilidade e esse peso na minha consciência, por isso, não poderia deixar de fazer essa contribuição. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Próximo inscrito.

SENHORA LUCIANE COSTADELE (conselheira regional da região do Anhaduizinho) — Boa tarde a todos. Cumprimento o deputado Renato Câmara em nome de todos. Sou Luciane Costadele, empresária e conselheira regional da região do Anhaduizinho. A minha história começou em 2003, quando fui proprietária de uma empresa de saneamento, de 2003 a 2023. Nesse período, eu me aprofundei muito sobre as questões de resíduo de recursos hídricos. Encerrei a minha empresa em 2023, por ter um alto custo para mantê-la, por conta de tantas exigências que são necessárias para se monitorar um poço artesiano, um córrego ou um rio. Nessa época, eu já questionava a questão de o Imasul ser o responsável por autorizar todos os empreendimentos, em nível de estado, de desenvolvimento econômico e não trazer para si a responsabilidade de monitorar a qualidade dessa água e colocar isso para o setor privado ou para o cidadão pagador de impostos ter que olhar para essa questão. Acompanho de muito perto o trabalho do doutor Loubet com relação às doenças causadas por vários tipos de defensivos agrícolas e venho, aqui, deputado, como cidadã pagadora de impostos, trazendo essa contribuição, da minha experiência, e fazendo uma reflexão sobre o Estado de Mato Grosso do Sul, que podemos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

compará-lo com a Alemanha, pois tem, aproximadamente o mesmo tamanho, sendo que a Alemanha tem oitenta milhões de habitantes e o nosso estado não chega a três milhões de habitantes. Temos um orçamento muito expressivo, em nível de estado, e temos uma preservação muito grande, mas também estamos nessa corrida pelo desenvolvimento. Trouxe um ofício para a comissão, elaborada de acordo com o que venho trabalhando dentro do município: acompanho os orçamentos federal, estadual e municipal; sou conselheira; discuti o Plano Diretor em 2016 e nunca mais parei de acompanhá-lo. Antes, estive com o então governador André Puccinelli para falar da importância dos planos diretores dos municípios, dos setenta e nove municípios, e estive com o deputado Marum e ele disse que queria levar isso adiante, de fazer os planos diretores para que pudéssemos trazer para dentro dos setenta e nove municípios todas essas demandas necessárias para o planejamento do desenvolvimento. Então, eu coloco no ofício e gostaria de fazer a leitura dele, porque, quero complementá-lo após a reunião, se houver a possibilidade de a comissão receber um novo ofício, complementando, porque, senti falta do Imasul e venho acompanhando o Comitê das Bacias — não tem no site esse acompanhamento, as reuniões; tentei participar do comitê também, mas, não consegui — e acho que é importante, porque, nesse ofício, coloco tudo isso. Peço permissão para ler, presidente. Posso?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Claro! É importante ressaltar que a Comissão Permanente de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa é composta por deputados e analisa os projetos que entram na Casa para serem discutidos e colocados para a votação no Plenário. Estamos fazendo uma reunião, hoje, a pedido do deputado Zeca do PT, é importante colocar que ela está aberta. Colocamos essa dinâmica de dar voz aos participantes para que tenhamos uma formação de valores e para termos várias informações de diferentes segmentos. Isso nos ajuda em nossos debates dentro da Casa. Faço esse parêntese, porque, às vezes, recebemos muitos e-mails e mensagens por meio de WhatsApp, de outras comissões, falando: “Eu não fui convidado para reunião da comissão”. Temos oito frentes parlamentares e muitas discutem esses aspectos e estamos sendo cobrados, deputado Zeca, porque parece que nós fizemos uma reunião fechada e, na verdade, ela não é uma reunião fechada, é uma reunião para discutir esse tema, que faz parte de um primeiro momento, que já está acontecendo, há vários desdobramentos para nos aprofundarmos no tema. Pode fazer a leitura do seu ofício.

SENHORA LUCIANE COSTADELE (conselheira regional da região do Anhaduizinho) — Obrigada, presidente. Então, coloco a data, o nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, presidida pelo deputado Renato Câmara. Assunto: solicitação de informações sobre a integração de políticas públicas e a atuação legislativa nos setores ambiental e econômico. Luciane Costadele, brasileira, eleitora, empresária, coloco meus dados. “Venho por meio deste ofício, requerer informações da comissão sobre a integração das políticas e a atuação legislativa nos setores ambiental e econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. Minha atuação como cidadã pagadora de impostos e municipalista tem sido pautada no



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

acompanhamento da execução das políticas públicas e dos orçamentos planejados e executados nos níveis municipal, estadual e federal, com foco na governança dos recursos públicos e sua aplicação para garantir um desenvolvimento sustentável e equilibrado. O projeto da Rota Bioceânica, estipulado pelo governo federal, representado pelo ministro João Carlos Parkinson de Castro, destaca a necessidade de integração entre os municípios de Mato Grosso do Sul, assegurando que o desenvolvimento econômico esteja alinhado à preservação ambiental, aos impactos sociais e ao planejamento territorial. Diante desse compromisso, e considerando minha participação na Reunião da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável agendada para o dia 12 de março, às quatorze horas, vim apresentar os seguintes questionamentos e solicitações. 1) Sobre hidrovias e plantações de eucalipto. Quais entidades da sociedade civil organizada estão participando das discussões, dos processos decisórios sobre as hidrovias e as plantações de eucalipto no estado? As universidades, os pesquisadores, as instituições científicas, como Embrapa, universidades federais, estadual, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a Empresa Brasileira de Pesquisa (Embrapa) — já citada —, o Instituto de Pesquisas econômicas (Ipea) e os centros de pesquisa ambiental e agronegócios estão sendo incluídos nos estudos e propostas para um desenvolvimento sustentável desses setores? Quais investimentos já foram realizados para o desenvolvimento e ampliação das hidrovias no estado? Como estão sendo monitorados os impactos ambientais das hidrovias no Pantanal e em outros biomas sensíveis? Existe um levantamento sobre o consumo hídrico das plantações de eucaliptos e os impactos sobre as nascentes e aquíferos do estado? Quais medidas estão sendo adotadas para mitigar os efeitos da monocultura do eucalipto na biodiversidade e na qualidade de solo? Os pequenos produtores e comunidades afetadas pela mudança do uso do solo têm sido incluídos nas discussões sobre o desenvolvimento econômico e sustentável? 2) Sobre a Integração do PPA, LDO e LOA federal, estadual e municipal e acompanhamento da execução orçamentária. O Plano Plurianual Estadual buscou alinhamento com PPA federal para maximizar os investimentos e fazer 'mais com menos'? Como as propostas federais foram incorporadas ao planejamento estadual e como está sendo direcionado para os municípios de Mato Grosso do Sul? Os municípios já têm PPA próprios em execução, mas há uma falta de articulação para que esses planos sejam estruturados de maneira integrada com o Estado e a União; como essa comissão pode atuar para fortalecer essa coordenação? Quais estratégias estão sendo implementadas para garantir que os municípios tenham planejamento adequado, incluindo planos diretores e planos setoriais, permitindo desenvolvimento sustentável, alinhados à chegada de novas empresas? Como que os municípios podem estruturar a sua gestão para receber investimentos da Rota Bioceânica, da integração da América Latina, garantindo que todos sejam impactados positivamente, mesmo aqueles que não estão diretamente no trajeto da rota? Como está sendo feita a integração do PPA, LDO, LOA nos níveis federal, estadual e municipal, para garantir um planejamento estratégico e sustentável? De que forma os orçamentos planejados e executados estão sendo monitorados e avaliados para assegurar a efetividade das políticas públicas e investimentos na Rota Bioceânica, nas hidrovias e na preservação ambiental? Qual a transparência dos dados sobre a execução orçamentária e como a sociedade civil pode acompanhar de forma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

ativa esses investimentos? Quais são os orçamentos planejados e executados nos âmbitos federal, estadual e municipais para os projetos de desenvolvimento sustentável, incluindo a Rota Bioceânica, hidrovias e políticas de preservação ambiental? Como está sendo monitorada a execução desses orçamentos... Desculpe, repeti. Existe uma articulação entre a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a Comissão de Orçamento e Finanças para garantir que os investimentos e incentivos estejam alinhados às necessidades ambientais e sociais do município? Qual tem sido a atuação do Legislativo na fiscalização da arrecadação de impostos sobre os setores hidroviários e florestal? Os municípios que recebem os impactos sociais e ambientais dessas atividades estão sendo devidamente compensados na redistribuição tributária? Já caminhando para finalizar. 3) Informações sobre a atuação do Poder Judiciário. A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pode apresentar todas as informações fornecidas pelo Poder Judiciário, relacionadas às irregularidades ambientais e fiscais? Quais as principais demandas jurídicas envolvendo hidrovias e plantações de eucalipto no estado? Há ações ou decisões judiciais que impactam diretamente o desenvolvimento sustentável dessas atividades? Acredito que essas respostas serão essenciais para compreender como a Assembleia Legislativa tem atuado para garantir que o desenvolvimento econômico esteja alinhado com a preservação ambiental, com a equidade social e com a governança tributária. Aguardo retorno e fico à disposição para contribuir com o debate, com a construção de ações integradas e sustentáveis para o Estado de Mato Grosso do Sul. Atenciosamente, Luciane Costadele”. Muito obrigada, presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — OK, Luciane. Doutora Janine, por favor, protocole o recebimento do ofício. Próximo inscrito, por favor. Precisamos ser um pouco mais sucintos para fazermos os encaminhamentos desta parte e iniciarmos a outra.

SENHOR SANDRO FANTINI (assessor parlamentar do deputado Zeca do PT) — Boa tarde. Vou ser breve, é só uma observação. Sou assessor do deputado Zeca e atuo na região da Costa Leste e no norte do estado. Viajo muito por toda essa região e só uma observação que quero fazer, doutor Luciano e doutor Marco Antônio... Muito bem esplanada aqui por todos, mas, assim, não só a respeito da “Lei do Plantio”, com relação a cinquenta ou quinze metros. O que tem acontecido muito com essas empresas é que, para retirar a água dos córregos, elas têm destruído a margem de preservação desses riachos e, por conseguinte, também das nascentes. É preciso que haja uma observação “in loco” dessas situações, de acordo com a explanação que aqui foi feita sobre essas nascentes. Era essa a observação que gostaria de fazer. Muito obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Quero agradecer a presença do superintendente da Pesca, Marcelo Heitor dos Santos. Obrigado pela presença. Próxima inscrita.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

SENHORA MARIA HELENA DA SILVA ANDRADE (professora da UFMS) —

Boa tarde a todos. Em nome do meu conterrâneo ladarense, o procurador Marco Antônio, cumprimento a mesa e todos que estão aqui. Sou professora da Universidade Federal, meu nome é Maria Helena Andrade, pantaneira, e me senti na obrigação de estar aqui e, pelo menos, suscitar algumas reflexões e contribuir de alguma forma. A minha fala, hoje, mais que a de uma cidadã, é de uma técnica. A minha contribuição é mais acadêmica e já começo, rapidamente, doutor Luciano Loubet, a partir da sua fala, quando o senhor demonstra a preocupação se há obediência ou desobediência à lei em vigor. Uma contribuição que gostaria de fazer é com relação, exatamente, a esse ponto. Não tem como continuarmos falando em conservação de qualidade de nascente se não pensarmos em adequar ou alterar essa lei. Sou doutora e oriento [alunos do Programa de] Mestrado e Doutorado em nascentes. Água é meu objeto de estudo há vinte anos. Para o senhor ter uma ideia, quando eu pego o olho d'água aqui em Campo Grande e jogo os cinquenta metros, caem no meio de rua. Por outro lado, quando eu vou para as áreas de cabeceira, percebemos que não é a definição a partir de um raio que devemos pensar. Sob o ponto de vista de dinâmicas ecológicas, isso não cabe. Tenho “batido” e os meus trabalhos têm apontado que, ao invés de definir um raio de trinta ou cinquenta metros, precisamos pensar em área de contribuição da nascente. Então, são dois questionamentos que precisamos levar em consideração, que é a base da nossa discussão. O que é uma nascente para vocês? Podem me falar. O que é uma nascente para o senhor, doutor Luciano?

LUCIANO FURTADO LOUBET (promotor do MP/MS) — Pela definição do

Código Florestal, é a partir de onde começa o curso d'água e você desconsidera toda parte de recarga dessa área.

MARIA HELENA ANDRADE CANTANEIRA (professora da UFMS) —

Exatamente! Então, na legislação, a nascente é olho d'água, mas, nascente não é isso! Não podemos falar em olho d'água sem falar da área de contribuição da nascente. Temos que falar em área úmida ao redor da nascente e o olho é apenas um elemento da área de nascente. Temos que trabalhar com topografia, com relevo, qualidade, tipo de solo... Então, quando pensarmos assim, tudo vai mudar porque, eu trabalhando com as nascentes, do jeito que eu estou fazendo... Doutor Luciano, particularmente por causa da sua fala, estou dialogando com o senhor. Estamos vendo que está tudo errado. Quando eu penso como área de contribuição, invade o eucaliptal, invade a monocultura, invade tudo. No meu entendimento, não dá para continuar pensando assim. Como que isso vai mudar? Agora é com os homens da lei, parlamentares... Não é, procurador? Esse é um ponto. O outro ponto que eu quero dizer, a partir do eucaliptal, se ele seca ou se ele não seca... Gente, não dá também para aceitar a definição de floresta, dada atualmente. Agora saiu um lance assim, que floresta é cobertura vegetal. Não! Cobertura vegetal é cobertura vegetal. Floresta tem uma implicação muito maior. O conceito de floresta traz dinâmicas de interação entre as espécies, extratos arbóreos... O IBGE, por exemplo, conceitua que a floresta, pelo menos, tem que ter quatro extratos arbóreos: erva, arbusto, arvoredado e árvores. Outros dizem que o dossel — a copa — tem que se tocar para ser considerado floresta. Para mim, nada mais



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

é do que marketing dos grandes monocultores entenderem que isso é floresta. Lamento, inclusive, que o meu presidente Lula tenha se equivocado quando liberou alguns licenciamentos a partir desse conceito. Errado! Por quê? O que acontece, doutor Loubet? Em uma cobertura vegetal de eucalipto, todas as profundidades são as mesmas, todas as raízes vão para o mesmo fundo. Diferente de uma floresta conceitualmente correta. Na floresta, vou ter as espécies que têm raízes rasas, médias. Agora, quando você bota eucalipto, é 100% de raiz profunda e daí, sim, essa capacidade de retirar a água da profundidade, que é um elemento dessa polêmica de seca ou não seca; você tem todos os indivíduos de uma população com a mesma capacidade de retirada. Outro ponto é que eucaliptos têm uma característica de evapotranspiração muito alta. Ao mesmo tempo que ele tira água lá do fundo, ele libera na forma de vapor muito rapidamente. Concluindo, eu poderia ficar muito tempo aqui com vocês, porque isso é o que eu faço no dia a dia. Quero dizer que o dia em que mudarmos essa concepção de que eucalipto é floresta, tudo mudará. Quero me colocar à disposição, não quero que a minha fala seja longa, porque, a segunda pauta me interessa como pantaneira. Coloco-me à disposição para contribuir com esses estudos, mas, coloco como ponto principal mudar conceitos na lei, porque, senão, não avançamos. Muito obrigada pela oportunidade.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Boa contribuição. Próxima inscrita.

SENHORA CLARIANA VILELA BORZONI (doutoranda em Geografia/UFMGD) — Boa tarde, senhores e senhoras. Meu nome é Clariana, sou pesquisadora de Geografia e acompanho há alguns anos a expansão dos eucaliptos. Cresci em Três Lagoas, conheço os professores que o deputado Zeca mencionou, trabalhei com eles e fiz meu mestrado na UFMS. Gostaria, primeiramente, de parabenizá-los por esta reunião muito importante. Estamos muito felizes, porque isso é um tema que nos preocupa há muitos anos. E quero parabenizar, também, o estudo do senhor; é muito importante que tenha trazido esses dados e que a gente esteja aqui discutindo com vocês, com a população; porque o nosso estado está com o crescimento muito grande de eucalipto, isso tem sido uma grande bandeira levantada pelo Governo do Estado. Esses impactos não podem passar em silêncio mesmo, porque, estamos em um momento, eu diria até de colapso climático, como trouxe o doutor Luciano. A previsão que temos para o nosso estado é de secas cada vez mais graves, com temperaturas cada vez mais elevadas. O que temos visto e vocês estavam aqui e todos viram, o nosso céu cinza durante um mês no ano passado, por causa da queimada do Pantanal, que ninguém conseguia parar. O eucalipto, além de todas essas características que a professora trouxe, que são muito importantes, ele também tem um fator de inflamação muito grande, ele tem muitos “olhos” e se incendia com facilidade. Por isso que as empresas se preocupam tanto, andamos nas estradas e há cartazes com aviso: “Cuidado com fogo”. E tudo mais. Para esse estudo que os senhores vão levar adiante, podem ter como exemplo Portugal, que foi um país onde teve muitos plantios de eucalipto e de pinus. Eles tiveram que mudar a legislação para restringir a área plantada, porque, os incêndios tomaram conta do país, mataram muitas pessoas e, no contexto em que estamos



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

vivendo, isso é uma preocupação muito grande também. Temos assentamento em meio a esses plantios. Como será se continuarmos com as temperaturas se elevando, as secas aumentando, se esses incêndios saírem do controle também? É muito importante que pensemos, em nosso estado, em começarmos a limitar esses plantios, e não em continuar expandindo. Existe uma previsão, pelo setor da celulose, de que se instalem mais quatro fábricas até 2032. Se não me engano, foi essa a proposta discutida com o Governo do Estado. Além das quatro que já estão em funcionamento, e mais a da Arauco que está em construção, mas, isso não leva em consideração todos os hectares que vão ter que ser plantados, isso não está sendo discutido nas audiências públicas sobre a liberação. Eu assisti à audiência da Arauco e não é considerado impacto os trezentos, quatrocentos mil hectares que vão ter que ser plantados para abastecer essas fábricas. Isso também tem que ser levado em consideração. Infelizmente, houve essa mudança na lei, como a professora mencionou, que os plantios de eucalipto são erroneamente considerados florestas, e não precisam mais apresentar estudo de impacto ambiental. Vemos, por meio de estudos, que há impactos, gravíssimos, ambientais e sociais envolvidos nisso. Então, precisamos pensar. Eu não sou da área do Direito, mas, sei que existe o princípio da precaução, que rege o Direito Ambiental. Sabendo de tudo isso que está colocado, eu penso que é muito importante que seja observada essa precaução para que o nosso estado não acabe em um cenário terrível. Para finalizar, eu só gostaria de mencionar que faço parte de um fórum popular, que se chama Fórum de Enfrentamento ao Impacto dos Eucaliptos. Ele foi criado, acredito, há cerca de dois anos, reúne professores e a população mais afetada pelos plantios em Mato Grosso do Sul. Penso que seria muito importante que mais pessoas desse fórum — o pessoal está acompanhando a audiência; inclusive, muita gente conhece o senhor lá de Selvíria, como a professora Inês; são muitas pessoas que estão reunidas — participassem, que participem das próximas discussões que virão a partir desta reunião. Muito obrigada pela atenção.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Próximo inscrito.

SENHOR VALTICINEZ SANTIAGO (secretário adjunto da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Selvíria) — Novamente, gostaria de fazer um esclarecimento ao doutor Luciano e quero dizer que o que me traz aqui é a voz da população que clama, como os professores, acadêmicos. Essas pessoas reivindicaram a minha presença aqui, através do nosso deputado Zeca, e gostaria de dizer que, nesse estudo, fizemos uma demonstração dos impactos, porque é a realidade que os municípios sofrem, como disse o companheiro de Bataguassu. Agradeço aos professores, que contribuem com esse tema há muitos anos; são pesquisadores, professores renomados com vários estudos. Abri meu celular e vi uma matéria no site Terra, falando justamente sobre a questão do eucalipto. Então, não venho aqui falar sozinho; falo em nome de uma sociedade que clama por essa nova readaptação da lei. Deputados Renato Câmara e Zeca do PT, vocês são representantes da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul; gostaria de falar sobre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, em que há um projeto de lei que regulamenta — e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

foi isso que falei, que o Estado de Mato Grosso do Sul vai ser o único que, talvez no Brasil, deixa essas empresas fazerem o que quiserem — aquilo que falei que as prefeituras precisariam ter, sobre a questão do uso e ocupação do solo. Depois, encaminho ao senhor. A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro também limitou as áreas agricultáveis, que serão respeitadas por lei, daquela Assembleia Legislativa. O que apresento aqui não são opiniões minhas, são de pessoas que já passaram por isso. Na década de 1980, a cidade de Cubatão — eu não sei quem foi, aqui, que sugeriu o nome Vale da Celulose — foi considerada um vale da morte. Tomara que não seja o vale das mortes das nascentes onde Mato Grosso do Sul clama por água. É muito importante dizer que essa mudança na legislação precisa acontecer; talvez, encaminhar aos nossos representantes da bancada federal e aos nossos deputados estaduais, para que possam regulamentar. Quero deixar claro que os cinquenta metros são legislações, mas, essas legislações, como demonstrado pela professora, que manifestou seu conhecimento, são insuficientes. Podemos constatar isso pelas nossas nascentes, que foram apresentadas em nosso estudo e quero dizer que os municípios sofrem, empobrecidos, com os impasses. Queremos saber quem vai pagar o custo disso. A população já está pagando... Quero agradecer ao senhor pela contribuição que nos deu; é bom saber que o senhor está aqui, à frente, cuidando do nosso meio ambiente, cuidando das nossas nascentes, dos nossos rios, mas, em si, queremos chamar a atenção, por meio dessa comissão, para ampliar o conhecimento, por meio dos professores universitários e pesquisadores, que a gente faça um ato... Só que, vou falar: em nenhum livro de pesquisa vocês vão achar isto, que o eucalipto seca a nascente. Existem estudos aprimorando o eucalipto, o seu crescimento nos últimos dois anos. O que trago aqui não é o que eu queria trazer, que seria um estado bonito. Vivemos em um estado onde desfrutamos da questão de sermos um estado de carbono neutro, sendo que as nossas nascentes sofrem por água. Precisamos chamar essa discussão, essa questão tem que ser debatida. Agradeço, novamente, pela oportunidade, deputado Zeca do PT, que o senhor está nos concedendo; agradeço ao secretário de Desenvolvimento Econômico de Selvíria, que estava aqui; mas, volto, novamente a insistir: foi a população que nos trouxe aqui; não foi meu escritório ou a prefeitura, mas, foi a voz do povo, que pede por água.

SENHORA JANINE PAPI (assessora de gabinete do deputado Renato Câmara) — Deputado, temos uma contribuição on-line.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Pois não.

SENHORA JANINE PAPI (assessora de gabinete do Renato Câmara) — É o senhor Paulo Gomes.

DEPUTADO RENATO CAMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Esta reunião está sendo taquigrafada, teremos uma ata e os encaminhamentos desse debate



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

que está sendo realizado [problemas de transmissão]... O microfone está silenciado. Enquanto resolvemos a questão técnica, há mais alguma contribuição?

SENHOR PÉRICLES (assessor jurídico da deputada Gleice Jane) — Boa tarde. Meu nome é Péricles e faço parte da Assessoria Jurídica da deputada Gleice Jane. Sobre essa pauta, justifico a ausência, porque ela queria estar aqui contribuindo com todos os senhores, mas, está na presidência, em uma reunião tratando sobre a pauta do feminicídio, tão importante quanto esta. A deputada fez uma visita à Usina Sérgio Motta, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul, visitou muitos rios dessa região do Bolsão e tem percebido essa questão da ausência e da diminuição do fluxo de água; e a chuva não está levando mais água para os rios. Ela fez alguns requerimentos, pedindo para que a usina liberasse um fluxo maior de água, porque, temos uma queixa também dos pescadores com relação à ausência de água nos rios. É uma questão que a deputada está articulando junto com o deputado Zeca, pois os pescadores estão dizendo: “Olha, não falta peixe, está faltando água nos rios”. Parabenizamos a CPMADS por discutir essa questão do plantio dos eucaliptos como possível causa dessa diminuição das águas. Não sabemos por que está diminuindo o fluxo das águas, mas, sabemos que está diminuindo. A deputada foi pessoalmente, pôs os coletes, andou pelos rios e percebeu que existe uma dificuldade muito grande. A população está sentindo, os animais estão sentindo e essa região do Bolsão está sendo muito impactada. Então, poder discutir isso... Estou fazendo todo o relatório para repassar para ela. Temos uma base muito grande que está sentindo esse impacto da diminuição das águas; é uma problemática muito interessante que a comissão está abordando.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Podemos ir para a conclusão? Ah, temos uma contribuição do Paulo. Pode fazer sua contribuição, bem-vindo... Paulo, acho que... Verifique se o som está ligado. Infelizmente, Paulo, estamos com problema técnico de comunicação e precisamos avançar. Deixe por escrito a sua contribuição, para podermos registrá-la. Gostaria de fazer alguns encaminhamentos. Vamos encaminhar a apresentação do senhor Valticinez para os participantes. Temos a Maria Helena, da UFMS; os promotores; os defensores; vamos fazer a distribuição dos seus levantamentos e iremos também fazer os encaminhamentos que foram apresentados para o Imasul, como indicação da reunião, fazendo esses questionamentos pertinentes, como a questão da transição de pastagem para eucalipto; da profundidade das raízes, que foi colocada pela doutora Maria Helena. Enfim, são várias questões que foram apresentadas e anotadas que iremos encaminhar e poderemos ter um desdobramento desta reunião para uma outra reunião, na qual possamos ter o contraponto dessas apresentações com outros especialistas, para aprofundarmos esse tema. Pode ser assim, deputado Zeca do PT?

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMDAS) — Presidente, queria propor dois encaminhamentos. Primeiro, dentro da sua lógica, que seja encaminhado também ao Imasul a ideia, ou a sugestão, de que as empresas responsáveis por essas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

áreas de plantio também assumam a responsabilidade da preservação das nascentes — é possível, não é possível? Merece discussão —, bem como sejam responsáveis pela preservação de determinadas áreas — aí é a questão da discussão de como encaminhar —, no sentido de garantir que pelo menos a alimentação da fauna da região seja garantida em alguns espaços. Segundo, vamos sair daqui com a data marcada [da próxima reunião]. Acho que acabamos, no atropelo, não nos permitindo... E a fala da professora universitária foi fundamental. Vamos chamar mais a academia para cá, a Embrapa, as universidades, a UEMS, a UFGD; o campus de Corumbá e esse movimento, essa organização, ao qual a outra cidadã se referiu, para ampliarmos o debate e podermos encaminhar a conclusão que, com certeza, vai contribuir para um estado que preserva a geração de emprego, faz desenvolvimento econômico, mas, que tem a preocupação ambiental como centro do seu desenvolvimento. Obrigado, presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — OK. Anotado e iremos programar outra reunião, para continuarmos esse debate, que é muito importante para Mato Grosso do Sul. Passemos à segunda pauta da reunião. A apresentação será on-line, pelo Bruno Pinheiro, superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que falará sobre a hidrovía do rio Paraguai [problemas na transmissão]... Aproveitando, faço o convite para o Sexto Seminário Estadual da Água, cujo tema, este ano, será “Gestão de Recursos Hídricos Frente às Mudanças Climáticas”. O seminário está programado para o dia 21 de março, sexta-feira, das 7h30 às 13h. Teremos um lanche, um “coffee break” nesse ínterim. Decidimos não fazer o segundo período, porque, muita gente vem de fora e, depois, por causa da pausa para o almoço, o início dos trabalhos acaba atrasando no período da tarde. Estão todos convidados, tem o “QR Code” da programação e para fazer as inscrições. Haverá certificados para os alunos e universitários que participarem. Podem entrar em nossas redes sociais, na página da Assembleia Legislativa para fazer a inscrição. Esse seminário já está consolidado — já foi até publicado livros sobre esses debates — como um espaço importante de discussão sobre os recursos hídricos de nosso estado. Resolvemos o problema, Janine? Alguém quer dar a sua contribuição? Ramão, eu o vi coçando os dedos. Quer fazer a sua contribuição, enquanto resolvemos aqui? Com a palavra, o senhor Ramão Jardim, do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul (Senge/MS).

SENHOR RAMÃO JARDIM (presidente do Senge/MS) — [Fala fora do microfone]... Da qual faço parte. O Fórum de Mudanças Climáticas... As nascentes, que a vida inteira discuti sobre elas, desde Minas Gerais, quando tinha aqueles trabalhos e do diretor da ANA, que foi um dos criadores do projeto Produtor de Água. Existe muita coisa que tem que ser mudada e uma delas é exatamente com relação aos grandes plantios e o impacto ambiental sinérgico. Isso é claríssimo! Não concebo que para fazer quinze hectares de inundação, de área inundada de arroz, que é um gênero de primeira necessidade, precisa de todo tipo de licenciamento. Por outro lado, para plantar mil hectares de floresta... Floresta entre parênteses, porque é uma concentração de conceitos ambientais dentro de uma grande área. E a reservação da água? Como é que está sendo feita a reservação para

um caso de incêndio localizado? Por que temos que deixar secar nossos córregos? Enquanto o limite de dois metros e meio, que forma uma camada que impede a percolação da água para mais profundidade... Porque ela consome muito... Em período normal de chuvas não há problemas, mas, no período que começa a escassez, que começa a baixar o lençol freático, essa água não chega a atingir lá embaixo. Então, imaginem aquíferos abissais, que são os principais que temos nesta região: nunca vão ser alimentados pela água. Podem ver que todos os córregos estão secando e não é somente onde tem eucalipto. Está ocorrendo em muitas regiões que têm areia e o lençol freático baixou uma barbaridade. Até para monitorar qualquer suinocultura, tu não tens... Sumiu o lençol freático. Então, a preocupação do Senge é exatamente esta: falta de licenciamento ambiental em grandes áreas. Quanto às bacias hidrográficas, tem que começar a se preocupar com a captação em cima, e não só com os córregos embaixo. Que seja criado, dentro do licenciamento, uma exigência proporcional à área plantada de eucalipto. Para isso, existem as funções da Embrapa e das academias. Elas têm que ter as funções para fazer com que, no licenciamento... Isso pode ser mudado, sim, as normas de licenciamento podem ser mudadas até pelo Conselho Estadual de Controle Ambiental (Ceca). Acho que temos que nos alicerçar com mais estudos fundamentados, para podermos propor essas mudanças. Acho que esse é um caminho, porque as leis têm que partir desta Casa. Obrigado, deputado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (presidente da CPMADS) — Obrigado, Ramão Jardim, pela contribuição. Vamos retornar à parte técnica. Conseguimos, Janine? Com a palavra, o senhor Bruno Pinheiro, superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

SENHOR BRUNO PINHEIRO (superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq) — Acho que todos me ouvem. Primeiro, eu quero agradecer ao deputado Renato Câmara, cumprimentá-lo e cumprimentar o deputado Zeca do PT. Em nome de Vossa Excelência, cumprimento todos os parlamentares, autoridades presentes, os outros colegas da mesa e os procuradores do Ministério Público. Em nome deles, cumprimentos os professores e demais participantes da plateia. Depois desse cumprimento, eu quero agradecer-lhe, em nome da agência reguladora, a oportunidade de falarmos dos principais projetos de infraestrutura da Antaq na Casa do Povo do Estado de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado pela oportunidade, pelo tempo do senhor e por esta reunião do deputado Zeca do PT e de todos os presentes. Vou compartilhar a minha apresentação e prometo ser breve e vou ficar disponível para qualquer pergunta ou qualquer dúvida. Estou acompanhando pelo Youtube o meu retorno, deputado; estou com um pouquinho de “delay”, mas, vai dar certo. Neste primeiro eslaide, já tem uma informação muito importante para as senhoras e senhores. Estamos trabalhando, aqui na Antaq, na concessão de serviços da hidrovia do rio Paraguai. Em nenhum momento estamos falando em concessão do rio ou concessão da água. Estamos falando de concessões da gestão da hidrovia do rio Paraguai. A hidrovia é, por si só, uma alternativa eficiente e sustentável; aliás, é a alternativa mais eficiente e sustentável dos modais que conhecemos. Temos o modal rodoviário, modal



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

ferroviário... Aqui estão alguns dados do estudo de uma agência americana. Na hidrovia, enquanto uma balsa... Considerando a movimentação de toneladas em emissão de carbono, uma balsa emite quinze toneladas; no rodoviário são emitidas cento e quarenta toneladas. Quase dez vezes mais do que uma balsa. Quando a gente carrega uma balsa, ela emite... Na verdade, quem emite é o empurrador. O dado deste eslaide é muito importante. A questão do comboio típico do nosso Projeto do Rio Paraguai, que é um comboio com dezesseis barcaças “quatro por quatro” e conseguimos carregar quarenta e oito mil toneladas! Em uma só viagem, consegue-se carregar o equivalente a quatrocentos e trinta vagões de trem e a mil e duzentos caminhões. Um comboio que desce o rio Paraguai com dezesseis balsas tira mil e duzentos caminhões das estradas. São nas estradas onde ocorre a emissão de gás carbônico, que comentei no eslaide anterior; ocorrem atropelamentos de fauna. Estive em Corumbá pelo menos três vezes nos últimos seis, sete meses e, em todas as vezes que eu fui, tinha atropelamento de fauna. O que não tem de jeito nenhum no rio. Vou falar um pouco da Política de Priorização das Hidrovias Brasileiras. Lançamos o nosso primeiro Plano Geral de Outorgas (PGO) Hidroviários, que foi feito pela Antaq e aprovado pelo Ministério dos Portos e Aeroportos (MPor) em outubro de 2023. Fizemos o chamamento para receber estudos, doações e contribuições para o Projeto de Concessão do Serviço de Hidrovia do Rio Madeira, de outubro de 2023 a janeiro de 2024. Um marco importante do Governo Federal, que afirmou que as hidrovias são prioritárias, foi a criação da primeira Secretaria Nacional de Hidrovias de Navegação. Desde a chegada de Cabral, em 1500, nunca tivemos uma secretaria que tratasse de hidrovia. Um pouco da característica do projeto. Estamos falando de uma extensão de seiscentos quilômetros. São quinhentos e noventa quilômetros de Corumbá à foz do rio Apa, que denominamos de Tramo Sul do rio Paraguai — vou repetir durante a minha apresentação, mas, não há nenhum tipo de intervenção de engenharia no Tramo Norte, ou seja, de Cáceres a Corumbá —; e cerca de dez quilômetros do Canal do Tamengo, que é a ligação da Laguna de Cáceres, na Bolívia, com o rio Paraguai. Estamos propondo uma concessão de quinze anos, um investimento na ordem de setenta e cinco milhões de reais, com a finalidade de uma navegação eficiente, segura e sustentável. Vou mostrar mais adiante que, em 2023, passaram pelo rio Paraguai nove milhões de toneladas de cargas. Foram nove milhões de toneladas sem nenhum problema ambiental, sem nenhum monitoramento; tudo isso que a concessão deverá ter, como mostrarei nos próximos eslaides. Quanto ao nível de serviço, a concessionária terá obrigação de manter dois metros de calado no período de estiagem e três metros de calado, ou dez pés, no período de cheia. Definimos pontos na régua de Ladário, onde o concessionário será obrigado a manter esse calado. Mas, Bruno, e no período de seca extrema? No período de seca extrema, pelo nosso projeto, onde o rio estiver abaixo de doze centímetros na régua de Ladário, o concessionário não terá obrigação de manter. Pode ser tão pouca água, que não tem como tirar areia. Não tem que tirar a areia, cavar o rio para fazer o canal, porque não temos água. Na extrema seca, o concessionário fica desobrigado e nem precisará fazer a dragagem para manter a navegabilidade do rio. Temos que ponderar: se não estiver em uma seca extrema, mas, se o nível estiver um pouco abaixo, alguns centímetros abaixo desses doze centímetros na régua de Ladário, o poder concedente poderá determinar dragagem pontuais para



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

conseguir manter a navegabilidade do rio. Este eslaide, já comentei, é sobre a área de concessão; de Corumbá a foz do rio Apa. A partir do rio Apa, onde o rio Paraguai sai de Mato Grosso do Sul e sai do Brasil, a competência é do Paraguai. Acima, de Corumbá a Cáceres, não teremos intervenções. As principais cargas movimentadas são: minérios de ferro brasileiro; manganês e minério de ferro bolivianos [falha na transmissão]... Que eu disse anteriormente. Tem a gestão ambiental; o monitoramento hidrológico, a gestão do tráfego. Hoje, não temos gestão do tráfego. Então, o nosso concessionário, a Marinha do Brasil, a Polícia Militar do Estado do Mato Grosso do Sul e a Polícia Federal terão todos esses dados do tráfego. O concessionário vai fazer a gestão do tráfego, determinar quem pode subir, quem pode descer, quem pode zarpar, quem não pode zarpar, o que hoje não há. Melhoria de travessias. Temos duas pontes conhecidas: a rodoviária e a ferroviária. Hoje, os comboios que navegam, quando precisam fazer o desdobramento, amarram-se em árvores e não queremos isso. Queremos comprar "dolphins" para os comboios amarrarem-se neles. Tudo isso resulta no auxílio à navegação para os nossos navegantes. Esses dados são bastante interessantes. Mostramos o percentual do nosso "Opex", que chamamos de recursos para operação da hidrovia. De cara, é o item mais importante, ou de caracterização mais importante desse custo. Temos, com dragagem, somente 28%. Estamos em outro projeto, o do canal de acesso ao Porto de Paranaguá. No canal de acesso ao Porto de Paranaguá é 90% de dragagem; aqui, é só 28%. A dragagem é muito pequena; enquanto lá, faz cinco milhões, seis milhões de metros cúbicos. [Aqui,] estamos falando de previsão de trezentos mil metros cúbicos por ano... Vamos gastar — na verdade não é gastar, é investir — mais 22% na gestão ambiental e 40% no monitoramento hidrológico, porque todo recurso da concessão será para monitorar e fazer a gestão ambiental do rio Paraguai, agora sim, incluindo o Tramo Norte. Temos doze torres hidrológicas e vamos colocar cinquenta torres. Vamos aproveitar as doze torres do Dnit, colocar mais trinta e oito, para termos cinquenta, do Tramo Norte ao Tramo Sul. Esses dados serão disponibilizados a todos os interessados. Então, este eslaide é sobre a gestão de tráfego, melhoria de travessia... O restante eu vou pular. Agora, senhores, quero desmistificar alguns discursos, algumas falas que, talvez por falta de conhecimento, e está tudo bem... O pessoal pode pensar que vamos fazer um novo canal no rio Paraguai. Não! Não vamos fazer um novo canal no rio Paraguai. O rio Paraguai, hoje, é navegável. Há de doze a quatorze passos no rio Paraguai — chamamos de passos críticos da navegação —, que talvez precisam de intervenções de dragagem. Dos seiscentos quilômetros de concessão, isso representa 8%, somando todos os quilômetros dos espaços críticos. O Passo Crítico do Jacaré, que estamos mostrando para as senhoras e senhores neste eslaide... Oito quilômetros, mas, não vamos fazer oito quilômetros de dragagem, nós consideramos estudar esses oito quilômetros. Então, são só 8%. Temos um canal... Como é e como se comporta o rio Paraguai? Temos o canal de navegação à direita do rio, mas, a parte mais profunda, pela morfologia do rio, fica à esquerda. Então, o canal de navegação muda para esquerda, mas, nesse cruzamento aqui, há um ponto alto. É nesse ponto alto que vamos trabalhar a dragagem; talvez tirando 3%... Talvez, não! Os nossos modelos matemáticos mostram, no Passo do Jacaré, que é necessário tirar, em média, 6% desse ponto alto para manter a navegabilidade. Então, não estão previstas dragagens de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

aprofundamento. Não precisa! Não está prevista obra de edificação do rio. Não precisa de obra de retificação. E não estão previstas obras de regularização de fluxo. Aproveito essa minha deixa para dizer que a dragagem do rio não altera a vazão do rio. Na verdade, para fazer dragagem em algum rio, não é necessária a outorga da Agência Nacional de Águas (ANA). Para todas as atividades que possam alterar a vazão do rio, é obrigatória a autorização da ANA, como o barramento, que temos no rio Tucuruí e no rio Madeira; como a irrigação, os senhores estavam comentando sobre a plantação de eucalipto, que pode precisar de irrigação, ter que tirar água do rio Paraguai, isso precisa de outorga da ANA. A resolução da ANA diz que não é necessário autorização para dragagem, porque não há alteração de vazão do rio. Neste eslaide há um pouco do nosso Projeto de Sustentabilidade Ambiental, que está na concessão. Temos a previsão de gastar quarenta e sete milhões em quinze anos, o que dá um pouco mais de três milhões por ano. Lembrando que, como falei anteriormente, hoje, não temos um real no Tramo Sul; temos no Tramo Norte, porque fazemos dragagem e há programas de gestão ambiental; mas, no Tramo Sul, não temos nenhum tipo de gestão de programa ambiental. Temos os estudos ambientais, programas socioambientais, certificações, licenciamento ambiental, plano de emergência. Hoje, não temos plano de emergência no Tramo Sul, estamos prevendo plano de emergência individual. Se tiver algum vazamento de combustível, abalroamento de comboios, de embarcações, o concessionário é obrigado a ter um plano de como tratar esse incidente, esse possível acidente. Acolhemos o programa da Infra S.A., nossa grande parceira, que é o Programa Carbono Sustentável. O concessionário será obrigado a fazer inventário de emissões de carbono, ter eficiência energética para usar tecnologias limpas, gestão sustentável de recursos, educação ambiental e monitoramento e melhoria contínua. Este eslaide é só para mostrar que teremos o monitoramento hidrológico contínuo. Hoje, como eu disse, só temos doze estações e vamos passar a ter cinquenta estações. Vamos monitorar o Tramo Norte — aqui, no meu laser, está em azul —; mais uma vez: só monitorar, sem intervenções de areia. E aqui, vamos monitorar também no Tramo Sul. Partimos para uma nova realidade das hidrovias brasileiras. Hoje, não temos gestão de tráfego nas hidrovias, não temos um sistema que diz onde estão as embarcações, mas, com os investimentos da concessão... Os senhores já podem ter visto em reportagens na televisão sobre o controle de tráfego aéreo; a ideia é trazer essa realidade do controle de tráfego aéreo que temos no Brasil para nossas hidrovias. Teremos um centro de controle para sabermos onde estão todas as embarcações. Isso ajuda a evitar pirataria, a evitar o narcotráfico e outros ilícitos que possam ocorrer na hidrovia. A concessionária não terá essa responsabilidade de combate, até porque ela não tem essa responsabilidade constitucional, que é das polícias, mas, todos os dados coletados pela concessionária serão repassados às autoridades locais. Este eslaide é sobre o valor da tarifa. Dividimos o Tramo Sul em dois: temos bastante originação de cargas em Corumbá; e alguma originação de carga em Porto Murtinho, com relação ao transporte de soja que desce o rio. Não era justo o produtor de soja em Porto Murtinho pagar a mesma tarifa que a do produtor que está enviando carga de Corumbá, pois ele está a cinquenta quilômetros final da hidrovia, no final da concessão. Dividimos, sendo a tarifa teto de um real e vinte sete centavos de Ladário ao rio Apa e quatorze centavos de Porto Murtinho ao rio Apa. Outro ponto interessante é



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

que implementamos o "Degrau Tarifário", dividimos os investimentos em duas fases. Até o concessionário concluir a Fase 1 de investimentos, ele não pode cobrar tarifa, quer dizer, enquanto não estiver prestando o serviço para qual foi contratado, ele não pode cobrar a tarifa. Uma vez implementada a Fase 1, que trata das dragagens, de toda parte da inteligência do rio, da parte de monitoramento ecológico, da gestão ambiental — que estimamos de três a cinco anos — pode-se cobrar 70% da "tarifa terra". Quando concluírem a Fase 2, que é o derrocamento no canal [trecho inaudível]... Ele poderá cobrar 100% da tarifa. Prevemos isenções tarifárias para embarcações de passageiros e cargas, embarcações de pequeno porte, que não têm atividade regular, como embarcações peixeiras, recreativas, de turismo, de ribeirinhos. É importante ressaltar que essas embarcações vão se utilizar de toda tecnologia que a concessionária colocará na hidrovía, ou seja, a gente vai saber onde essa embarcação está, se aconteceu algum acidente, se houve algum incidente. Oxalá não aconteça, mas, se acontecer alguma coisa, a concessionária vai saber, orientará e comunicará as autoridades policiais. Vão utilizar toda essa sinalização, essa gestão, mas, sem pagar tarifa. Então, senhor deputado Renato Câmara, agradeço, mais uma vez, pela oportunidade. Fui bastante breve para deixar a fala com as senhoras e senhores; estou à disposição para solucionar todas as dúvidas e perguntas. Obrigado pela oportunidade e forte abraço a todos.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Passo a palavra ao deputado Zeca do PT para fazer seus questionamentos.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMADS) — Bruno, aqui é o Zeca. Primeiro, uma informação. Aproveitei o feriado de Carnaval e descí, mais ou menos, quatrocentos quilômetros de Porto Murtinho para baixo, no rio Paraguai, e constatei duas coisas, que estava mostrando para os procuradores do Ministério Público. Em Valle-Mi, a primeira cidade onde o rio Paraguai percorre — dos dois lados — em território paraguaio... Portanto, o que acontece depois que o rio Apa cai no rio Paraguai? Na região de Valle-Mi, já estão com dragas fazendo a limpeza, tirando areia do leito do rio Paraguai, em território paraguaio. Depois, lá embaixo, há uma região que eles chamam de arrecife, que nada mais é do que formação rochosa que estreita o rio. Eles já estão dinamitando aquilo, derrubando tudo para abrir o espaço de navegabilidade nessa região. Feita essa informação — não sei que implicação isso tem — queria fazer uma pergunta. O grande debate que o povo interessado no rio Paraguai, que os ambientalistas fazem aqui, é até onde que os espaços de limpeza desses pontos críticos do rio Paraguai — Corumbá até a foz do Apa — podem, de fato, acelerar a velocidade da descida da água do rio Paraguai e, conseqüentemente, implicar a seca do Pantanal? Há alguma vinculação, ou não? Porque o debate que se faz aqui é: limpando esses pontos críticos, aumenta-se a velocidade da descida da água; portanto, isso tem uma implicação direta com a seca. Obrigado.

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO (procurador do MPF) — Deputado, se me permitir fazer um pequeno acréscimo — o doutor Loubet sabe disso —, a gente tem



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

uma Orientação Consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos que fala desses chamados "impactos ambientais transnacionais". Justamente por isso, oficiamos o Ministério das Relações Exteriores para que fizesse gestões junto ao Governo do Paraguai, justamente por conta dessa conexão entre intervenções, ou seja, rio abaixo com o fluxo de água de todo o rio Paraguai. Não tivemos, até agora, uma resposta, mas, seria interessante até que o Bruno também falasse sobre isso. Inclusive, se ele quiser, eu posso remeter o ofício que foi encaminhado ao MRE, sem resposta, sobre esse tema que o senhor colocou.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMADS) — Bruno, completando a intervenção do procurador, eu fotografei as dragas trabalhando na região de Valle-Mi. Posso encaminhá-las para você e para os procuradores, se precisarem. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Aproveitando, Bruno, o doutor Loubet também tem algumas ponderações.

SENHOR LUCIANO FURTADO LOUBET (promotor de Justiça do MP/MS) — Na verdade, é só uma pergunta. Nesses casos de dragagem, eu vi que está mencionado a destinação do material e tal. Sabemos da dificuldade, porque a logística no Pantanal, a respeito dessas questões... Qual é a previsão dos estudos para determinar o que será feito com essa areia que é dragada? Onde ela será depositada? Que tipo de tratamento e como será feito?

SENHOR BRUNO PINHEIRO (superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq) — Obrigado pela pergunta. Estou um pouco com "delay". Ouvi o senhor e estou respondendo. Vocês estão vendo um pouco atrasado, perdoem-me. Gostaria de deixar bem claro que precisamos de água para navegar. Da mesma forma que os senhores estão preocupados, também estamos preocupados, não só com a sustentabilidade do rio Paraguai, do nosso Pantanal... Aqui são todos técnicos, servidores públicos preocupados em não fazer... E ter uma excelência... Um projeto excelente, tecnicamente... Mas, pela navegação. Precisamos de água para navegar! Fizemos um estudo no Passo do Jacaré, que eu mostrei para os senhores. Usamos um modelo matemático do Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE), que faz noventa milhões de metros cúbicos de dragagem no rio Mississipi e tem muita expertise. Usamos o modelo matemático deles para estudar o Passo do Jacaré, os oito quilômetros em que podemos precisar fazer a dragagem. Verificamos o modelo matemático pré e pós-dragagem. Verificamos o fluxo do rio no modelo matemático e não se alterou nada, nenhum milímetro. Não alterou a vazão. Como diz a Agência Nacional de Águas, dragagem não altera a vazão de rio. O órgão federal competente afirma que dragagem não altera vazão. Também estudamos o [trecho inaudível]... Não vou conseguir falar a palavra, perdoem-me. Não há nenhum risco de as margens caírem com a dragagem. Temos esse estudo e podemos disponibilizá-lo para os senhores e, aproveitando, quero as fotos, sim, deputado. Depois, se puder passar para a Janine, para sua assessoria mandar para mim, eu quero ver o que os nossos colegas paraguaios estão fazendo. Posso garantir ao senhor que esse



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

estudo de modelagem comprovou que não há alteração de vazão. Precisamos de água e precisamos que o Pantanal funcione. O Pantanal é uma grande bacia que ajuda a navegabilidade do rio Paraguai. Enquanto o rio Madeira, que anualmente tem uma amplitude de quinze a dezoito metros, por toda a característica dele, vem de cordilheiras, é um rio novo, no rio Paraguai só tem sete metros de amplitude. O grande responsável por essa diminuição da amplitude geológica é o Pantanal, são bacias do Pantanal. Não sei se respondi aos senhores, desculpem-me. Posso reformular minha resposta. Indo para o senhor, promotor, vamos usar, como proposta, a draga de sucção e recalque. Ela retira, com um cabo de seiscentos metros, a areia de onde precisamos, no leito do rio, e descarrega a seiscentos metros de distância, em outro local estudado, para não haver impactos ambientais e para não ter impactos na própria navegação. Não posso tirar areia de um lado e colocar areia do outro lado para atrapalhar a navegação. Então, são dragas de sucção e recalque, que vão jogar a areia, despejar areia [trecho inaudível]... Obrigado pelas perguntas.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente CPMADS) — Mais alguma contribuição? Para irmos para a finalização. Gostaria de passar para o doutor Marco Antônio, nosso procurador, para reformular a pergunta ou fazer uma nova pergunta.

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO (procurador do MPF) — Uma questão apenas e, depois, gostaria de fazer uma intervenção. Quero ser breve, no máximo dez minutos. Uma das questões que é colocada — creio na importância de debatermos isso de forma exaustiva, algo que inicialmente não iria ser feito, e é importante você colocar isso — é o conceito de dragagem de aprofundamento. Doutor Bruno, se o senhor puder apenas colocar que está mencionado isso no estudo; então, apenas para que o senhor possa nos relatar o que a Antaq entende como dragagem de aprofundamento.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Para encaminhamento, vamos fazer um bloco de perguntas, igual fizemos anteriormente. Mais alguém tem algum questionamento? Só um minutinho, vamos passar o microfone.

SENHOR REGINALDO YAMACIRO (analista ambiental do Ibama/MS) — Boa tarde a todos. Sou o Reginaldo Yamaciro, analista ambiental do Ibama e pertencço ao Núcleo de Licenciamento Ambiental do Ibama de Mato Grosso do Sul. Com relação, especificamente, à hidrovia do rio Paraguai, desde 2023, existe um processo encaminhado pelo Dnit, que atualmente é o responsável pela hidrovia, para fazer a dragagem de trinta e três passos críticos no rio Paraguai — de Corumbá à foz do rio Apa — e o Ibama, quando analisou esse pedido em 2023, solicitou a elaboração de estudo de impacto ambiental. Em outubro de 2024, o Dnit apresentou um novo requerimento e abriu um novo processo, todo instruído e, conforme o Ibama já tinha solicitado o estudo de impacto ambiental, o Dnit apresentou uma minuta de um termo de referência, que é um documento que baliza a elaboração do estudo de impacto ambiental, agora, em 27 de fevereiro. Então, esse documento está sendo analisado pela Diretoria de Licenciamento de Brasília e, talvez, esse



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

semestre ainda haja alguma posição. Normalmente, quando há apresentação do termo de referência, o que o Ibama faz? Faz vistoria "in loco" para discutir com a equipe do Dnit sobre esse termo de referência. Sendo aprovado, o Dnit terá dois anos para apresentar esse estudo de impacto ambiental. Com relação à questão da concessão da hidrovia, todas essas questões que estão colocadas pelo colega da Antaq só poderão ser realizadas após o licenciamento do Ibama. A concessão é com a Antaq, mas, o licenciamento é com o Ibama. É uma questão... E até me impressionou, porque o Dnit pediu trinta e três passos críticos e o colega ali colocou, parece-me, que doze ou dezoito. Não sei se são os mesmos, não é... Então, até que saia essa concessão, que seja efetuado o contrato, que esse empreendedor privado assuma a hidrovia e continua o Dnit [como órgão responsável] e, a partir da concessão, esse empreendedor privado vai ter que se dirigir ao Ibama para abrir um novo processo ou assume o licenciamento que já era feito pelo Dnit. Vai depender de contrato e vai depender de uma série de negociações das quais não fazemos parte. Com relação a todas essas ações de dragagem, de manutenção e pagamento só poderão ser efetuados após a devida licença do Ibama. Era isso que eu queria colocar.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Passo a palavra para o Leonardo, diretor executivo do Instituto SOS Pantanal.

SENHOR LEONARDO GOMES (diretor executivo do Instituto SOS Pantanal) — Boa tarde. Cumprimento a todos, na pessoa do deputado Renato Câmara. Tenho algumas considerações e levamos algumas delas à primeira audiência pública, que foi realizada on-line, mas, não tenho notícia se alguma dessas preocupações foi endereçada. Então, eu repito aqui algumas delas e trago novas informações. O primeiro ponto importante de colocar é que, de fato, o rio Paraguai já funciona com uma hidrovia há séculos. Então, não se trata de discutir o uso como hidrovia. Também não é uma discussão que eu trago aqui sobre a pertinência, ou não, da concessão; provavelmente, haverá muitas melhorias operacionais, do ponto de vista da gestão de um ente privado, principalmente serviços não essenciais, essa é uma tendência; mas, o ponto é o seguinte: temos uma condição de seca no rio Paraguai, que já não permite a navegabilidade plena nos trezentos e sessenta e cinco dias do ano; isso ficou óbvio o ano passado. Temos estudos, como os do professor Wilson Cabral, do ITA, que esteve nesta comissão, se não me engano, há dois anos, que mostram que a vazão do rio Paraguai, na régua de Ladário, que a água que chega a Ladário — com os modelos, há vários modelos que ele combina — vai reduzir 30% a 50% até 2053. Então, em trinta anos, estamos falando de uma perda, em média, de 40% da vazão do rio. Isso por fatores climáticos; sem intervenções, no cenário otimista, 30%; isso no cenário otimista, se acabasse a soja no cerrado da Bacia do Alto Paraguai (BAP), para vocês terem ideia. E 50% no cenário mais pessimista. Digamos que fica em torno de 40%. Então, vai diminuir a condição de navegabilidade plena no rio Paraguai se nada mudar daqui para frente. E o que nos traz preocupação com relação a isso? É a pretensão de navegabilidade plena. Sabemos que não existe essa possibilidade, matematicamente é impossível. Precisamos ter alguns limites de segurança para essas atividades de intervenção, esse é um grande ponto que nos preocupa. Confiamos totalmente na

capacidade técnica, nas equipes da Antaq e do Dnit, mas, isso precisa estar claro. Tivemos acesso a todas as documentações do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do contrato, de mais de quatrocentas páginas. Temos uma doutora em Hidrossedimentologia na Bacia do Alto Paraguai na equipe, nossa coordenadora técnica. Temos acesso aos melhores pesquisadores que vêm corroborando com as nossas teses e alguns pontos trazem preocupação. Vou ser bem pontual agora. Primeiro, não existem esses limites de segurança para dragagem por derrocamento de afloramento rochoso. Então, isso é passível de avaliação de licenciamento ambiental. Todos sabemos que o licenciamento ambiental para esse tipo de atividade, como o doutor Marco falou agora há pouco, é muito bem... Implodir um trecho de rocha, um trecho crítico, fazer uma dragagem de aprofundamento, provavelmente aquela atividade, em si, não tem impacto relevante, mas, fazer um, dois, cinco, dez, cinquenta pontos críticos, como consta no EVTEA, provavelmente, teremos um impacto considerável na inundação a partir do rio Paraguai. Faz-se necessário Avaliação de Impacto Sinérgico Cumulativo, pois a Avaliação de Licenciamento Ambiental isolada, com empreendimento, provavelmente, não vai trazer nenhuma conclusão relevante sobre isso. E são mais de cinquenta pontos críticos mapeados no EVTEA. Só para trazer uma reflexão, por exemplo, três desses pontos críticos são os gargalos como, por exemplo, Urucum e feixes dos morros; intervir nesses três pontos críticos seria, provavelmente, desastroso para inundação do Pantanal, estou falando de três. O EVTEA fala em um milhão de metros cúbicos como limite da dragagem por ano. E o dado oficial do Dnit diz que foram dragados novecentos e trinta mil metros cúbicos em 2023, ou seja, já foi feito perto disso. Um milhão de metros cúbicos é pouco ou é muito? Depende. O último estudo que temos de carga de sedimentos no rio Paraguai data de 1997. Não sabemos o quanto entra de sedimento no rio Paraguai. Então, basicamente, não é possível dizer se um milhão de metros cúbicos é seguro ou não. Precisaríamos de um estudo e uma avaliação de qual a carga hidrossedimentológica do rio Paraguai; basicamente, quanto que entra e quanto que pode sair na dragagem. Dragagem de aprofundamento, segundo a bibliografia, pode, sim, alterar a vazão de um rio. Por isso, de fato, esse estudo se faz necessário. Outro ponto importante: dragagem, limpeza, desobstrução e derrocamento não são sinônimos. No contrato, está colocado como sinônimos e essas atividades são passíveis de avaliação pelo Comitê de Dragagem, que avaliaria também derrocamento de afloramento rochoso e submerso, ou seja, a dinamitação, a implosão de rocha, como o deputado falou bem. Tudo isso seria avaliado por um Comitê de Dragagem que não tem representantes da sociedade civil, nem da academia, ou seja, só tem gente lá dentro interessada em aprovar. Nem o Ibama [teria representação nesse comitê]. Como o rio faz parte da União, é federal, obviamente, deveria ter o Ibama lá dentro. São esses os pontos; acho que, via de regra, não estamos questionando o mérito do projeto, mas, precisamos, sim, ter esses limites de segurança, porque, de fato podemos comprometer, sim, a inundação do Pantanal, que já está comprometida por outros fatores como mudança climática, tudo que nós temos visto nos últimos anos. Não precisamos de mais um golpe desse, afetando a inundação e desconfigurando a característica do Pantanal. Então, essas travas de segurança precisam ser feitas. Encaminhamentos que eu sugiro. Estudo hidrossedimentológico; quanto de carga de sedimento entra no rio Paraguai? Esse



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

milhão de metros cúbicos ainda faz sentido ou não? O estudo de 1997 é anterior à Represa do Manso, por exemplo. Então, de lá para cá, pode ser que seja seguro, pode ser que não, enfim, precisamos de um estudo disso. Não é um estudo caro, só demanda mão de obra, a academia, as universidades na área de influência do rio têm total capacidade de fazer isso. O segundo ponto é que trabalhemos com o conceito de avaliação de impacto sinérgicos cumulativos. De novo, alteração em um ou dois pontos, talvez não seja relevante; mas, em cinquenta e poucos pontos, provavelmente, é. E o terceiro ponto, sugiro uma audiência pública aqui na Casa. Estamos tendo audiência pública on-line em Corumbá, eu acho que o mérito é que traz a pertinência de trazermos isso aqui, de fazermos um debate mais aprofundado. É isso. Agradeço a palavra.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) —
Rapidamente, para irmos para a conclusão e para o Bruno poder...

SENHOR PARTÍCIPE — É bem objetivo mesmo. É só uma pergunta, leigamente falando: quais os benefícios que essa hidrovía vai trazer para o Estado de Mato Grosso do Sul, para os ribeirinhos? Considerando que o Pantanal é tido como Patrimônio da Humanidade, tal qual a floresta Amazônica, o que gera muitos debates. Temos uma joia rara, deputados Zeca do PT e Renato Câmara! Com mais essa abertura da hidrovía — para mim, na minha opinião —, pode ser apenas uma visão econômica de exploração em que alguém vai estar ganhando; não, necessariamente, os nossos ribeirinhos. Deputado Zeca, foi muito bem debatido, na época, a sugestão de criação do Estado do Pantanal, por meio do qual seria possível explorar o turismo. Isso foi colocado tecnicamente — brilhante exposição —, se vai trazer, ou não, [impactos]. Já sabemos que vai trazer um comprometimento para o Pantanal, que é a nossa joia rara, um Patrimônio da Humanidade. Talvez, a partir do momento que libere, que tenha essa concessão, que traga benefícios de transporte e agilidade econômica, alguém vai ganhar e as gerações futuras vão perder. Era só isso. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CMADS) —
Rapidamente, o doutor Marco Antônio tem uma indagação? Depois, o deputado Zeca...

SENHOR MARCO ANTÔNIO DELFINO (procurador do MPF) —
Aproveitando as intervenções do Leonardo — acho que já contemplam praticamente todas as que eu ia fazer e quero agradecer imensamente as intervenções dele —, mas, igualmente, quero manifestar a preocupação, especialmente com algumas questões. Vou tentar ser mais breve e objetivo. Tivemos vários estudos e acho que, efetivamente, a questão da hidrovía é secular. Já houve estudos, como um muito famoso da Fundação Alexandre Gusmão, de 2005, ou 2007, que falava o seguinte: "Poucos rios no mundo são navegáveis como o rio Paraguai, com calado de um metro e meio". Essa comparação que o doutor Bruno fez com o rio Mississipi, que tem extratos de navegabilidade; esse rio, que é a referência, em um dos extratos, o calado é dois metros e quarenta centímetros. Creio que seja importante, por parte da Antaq, dizer por que houve essa alteração do



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

calado que, historicamente, sempre foi de um metro e meio... Para um calado que, inclusive, é superior a uma hidrovia que já tem bastante tempo, muito estudada, que é a hidrovia do rio Mississipi, ou seja, teoricamente, vamos transportar um calado maior, no período de cheia, do que o rio Mississipi. Parece-me algo que tem que ser, mínima e tecnicamente comprovado, por que houve essa demanda. Outra questão que observamos, é que a questão comparativa com a rodovia parece algo, metodologicamente, equivocado. O que ocorre, atualmente, é uma solução de emergência em face das mudanças climáticas que ocorreram. Mas tal como... Trago o Ibama... A questão de Belo Monte. Durante todo tempo, houve uma comparação com outras hidrelétricas, mas, não com alternativas igualmente limpas, como temos atualmente, que são os painéis solares e a questão relacionada à energia eólica. Parece que, em nenhum momento se faz uma colocação, especialmente no momento da seca, com relação ao transporte ferroviário, ao modal ferroviário. Ainda que, obviamente, a Antaq seja uma agência de transporte aquaviários, no âmbito do Dnit, essa discussão teria que ser colocada e teria que ser, em algum momento, trazida também para cá. Para encerrar, sobre essa desconsideração das mudanças climáticas, eu me recordo que, na apresentação, você colocou esse painel de cem anos, mas, esse painel de cem anos também é metodologicamente equivocado, porque, as ações antrópicas, especialmente na Bacia do Alto Paraguai, são alterações recentes de vinte a trinta anos, em que temos um desmatamento extremamente elevado de 60 a 80%, que é desconsiderado e que acaba impactando diretamente na vazão do rio Paraguai, no volume de água transportado. Trazer essa questão dos cem anos, do ponto de vista de modelagem, é interessante, mas, desconsidera-se uma variável extremamente importante, talvez a mais importante, que é ação antrópica, que vimos no estudo da silvicultura, que impactam como essas áreas úmidas são renovadas. Então, creio que todas essas questões têm que ser trazidas e reforço o pedido da audiência pública. Infelizmente, deputado, tivemos que demandar judicialmente, da Antaq, que houvesse uma audiência, que não seria realizada, a única audiência que haveria seria uma audiência on-line... Inclusive, creio que a Antaq, voluntariamente, pode estabelecer uma audiência em Campo Grande e uma em Porto Murtinho, levando uma linguagem mais simples para a população, para que ela também possa se apropriar disso e possa contribuir, porque é algo que impacta diretamente a vida de todas essas pessoas, de toda essa população, e dialogando... Encerro a minha fala... Coincidentemente, essa audiência realizou-se no dia seguinte à aprovação, pelo Senado, do Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional. Como que colocamos o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio... Finalmente, esse local que sempre deveria estar... Havia essa omissão e o Senado, brilhantemente... Foi a proposta da senadora Tereza de colocar o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio e termos algo que, efetivamente, pode ser ameaça... O último ponto que eu... Já encerro a minha fala. E as mudanças climáticas não são algo a ser desconsiderado. Essa questão que o senhor colocou, do transporte contínuo, é algo inviável. Tivemos uma seca no Mississipi, na famosa hidrovia, em 2022, que inviabilizou o transporte de cargas na maior hidrovia do mundo, que transporta, praticamente, 50 a 60% de todo o transporte de cargas. Então, como podemos desconsiderar a relevância das mudanças climáticas numa hidrovia? É necessária uma maior discussão, fico feliz que o Ibama tenha feito uma intervenção, mas, é importante que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

a sociedade debata e que as informações sejam mais expostas para que uma solução consensual, que atenda a todos os interesses, possa ser, efetivamente, elaborada. Obrigado.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) —
Deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT - PT (membro da CPMADS) — Quero colocar uma indagação, uma preocupação para nós todos aqui e pedir ao Bruno, que está ali nos escutando e participando: como que podemos proceder, Bruno? Foram levantadas preocupações importantíssimas sobre a implicação dessas ações ou essas intervenções que constam no projeto do rio Paraguai, seja do ponto de vista da limpeza, dos pontos críticos, seja do ponto de vista da desobstrução de formação rochosa eventualmente existente. Fazemos um debate, estamos pedindo mais tempo e é legítimo que se tenha mais tempo. Olha a intervenção do Leonardo, do procurador, enfim, com profundidade e que nos remete à necessidade de um debate maior. Bruno, eu levanto a seguinte preocupação: ao mesmo tempo em que estamos pedindo mais tempo, o Paraguai já está intervindo e é o mesmo rio! Tenho fotografias, o doutor perguntou onde estão jogando... Fotografei até as mangueiras, os tubos que levam, provavelmente, para a beira do rio. Tenho várias fotografias, não estive na região chamada arrecife, perto de Conceição, onde tem um estrangulamento do rio e a preocupação é que, se eles já não começaram a dinamitar aquilo, eles vão mexer! E é logo! Acho que o Governo Federal, a Antaq, ou sei lá quem, teria que abrir uma negociação no sentido de fazer com que eles paralisassem essas intervenções. As implicações que foram levantadas aqui, que podem ser, com certeza, verdadeiras... Também tem a implicação se eles mexerem lá... Está parecida com a história que estávamos discutindo há pouco, sobre a questão da pesca. O que acontece? Queremos uma nova legislação da pesca, que limite a pesca chamada pesca profissional, que limite a pesca amadora, que incentive a pesca esportiva. Ótimo! A nossa piracema é de quatro meses: de novembro a fevereiro; no Paraguai, é quarenta dias! Tenho uma pousada, minha família tem na beira do Apa, em frente ao Paraguai, proibimos e não deixamos ninguém levar peixe, não tem pesca! No Paraguai pode tudo! O pessoal sai de Dourados, de Ponta Porã, não sei de onde, atravessa o rio, vai lá e pesca tudo que pode — e um pouco mais — e o nosso pessoal fica aqui, sem emprego, chupando o dedo. Ou se busca uma legislação comum — quando fui governador tentei fazer, tanto com o governo do ex-presidente Fernando Henrique e, depois, com o governo do Lula — ou então, vai resultar em nada a discussão que nós estamos fazendo. É isso.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Bruno, você está com você a palavra.

SENHOR BRUNO PINHEIRO (superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq) — Obrigado, deputado e todos os presentes pelas perguntas. Vou começar pelo deputado Zeca do PT. Como comentei anteriormente, fizemos um estudo de

modelo matemático no Passo do Jacaré e a dragagem que queremos fazer, com a concessão, no rio Paraguai, não vai alterar a vazão, não vai alterar o fluxo, não vai alterar o nível, não vai alterar o risco de desabamento de margem. Isso é um estudo técnico, matemático, e posso repassá-lo à assessoria do deputado Zeca e a quem mais interessar. É bem extenso. É necessário que estudemos isso, porque, se a dragagem impactar na vazão do rio, vamos secar o rio de que precisamos para navegar. Então é melhor não dragar, se fosse o caso. Se na saída desse estudo falasse que a dragagem alteraria a vazão e poderia secar o rio, eu viraria para o meu chefe e falaria: é melhor não fazer a dragagem, porque faríamos a dragagem, que iria viabilizar a navegação por cinco, dez anos e, depois, não teríamos mais o rio. Não foi isso que o estudo de modelo matemático disse! Posso garantir ao senhor e mandar o estudo para a sua assessoria. Sobre o trabalho que o Paraguai está fazendo, eu conheço, mas, não tenho detalhes do projeto. Sei que eles estão trabalhando no rio Paraguai e podemos levar o caso ao MRE. A Assembleia pode levar o caso ao Ministério de Relações Exteriores, o órgão competente para tratar com outros países. Não tenho detalhes do projeto que eles estão fazendo. Sobre o colega do Ibama, eu não peguei seu nome, perdoe-me. Quero falar só dos diferentes passos, da quantidade de passos críticos. O Dnit tem um projeto de trinta e três passos críticos. Em nosso projeto, com a concessão, acreditamos que só precisaremos de quatorze, desses trinta e três passos críticos. Até foi uma discussão com o Dnit: será que pedimos a licença para os quatorze, e não para os trinta e três? A colega do Dnit me orientou e falou: "Isso é desmembramento de licença! Vai que um dia você precise de um décimo quinto passo crítico? Vão falar que você está fazendo desmembramento de licenciamento, o senhor sabe muito bem que é ilegal". Decidimos pecar por excesso, pedimos licenciamento para os trinta e três, mas, em nosso estudo, estão contemplados quatorze passos críticos. Leonardo, da SOS Pantanal, eu me lembro de você na audiência pública em Brasília. Agradeço as trinta e cinco contribuições, das cento e dez que recebemos, que o SOS Pantanal fez. Estamos analisando todas elas, acabamos de ler as contribuições segunda-feira, estamos analisando todas as suas trinta e cinco contribuições e as outras. Sobre o sedimento, um dos seus pontos foi o sedimento do rio Madeira, a carga de sedimento, o mesmo sedimento que entra, não é o mesmo sedimento que sai, mas, o estudo que você está falando é a carga de sedimento. O que eu preciso para dragagem é o estudo de assoreamento, quanto desse sedimento — que entra no rio Paraguai, passa por Cáceres, por Corumbá, foz do rio Apa, vai para o Paraguai, continuando no rio Paraguai — fica em nosso trecho de concessão? Fizemos esse estudo, seria até inviável não fazermos esse estudo para nossa concessão. Desse sedimento que corre o rio Paraguai, estimamos que trezentos mil metros cúbicos por ano ficam no trecho Corumbá-foz do rio Apa. Temos esse estudo de assoreamento. Não preciso desse estudo de sedimento, eu preciso do estudo de assoreamento e nós temos o estudo de assoreamento. O Dnit fez, eu não tenho esse dado, mas, claro que está correto o que você falou, o Dnit fez novecentos e trinta mil metros cúbicos; provavelmente, no Tramo Norte, porque não há dragagem, houve uma dragagem, lá no passado, no Tramo Sul, mas, não é dragagem recente. O Dnit só draga no Tramo Norte e estamos falando do Tramo Sul. O Tramo Norte é muito mais assoreado, a profundidade do calado é bem menor. Não posso conferir esses números, também não é necessário, mas, com certeza, foi no Tramo

Norte. Sobre a explosão de rochas, o Comitê de Dragagem — até podemos analisar, pois está em uma das suas contribuições a participação de pesquisadores, a participação da academia no Comitê de Dragagem; estamos analisando a sua contribuição, a contribuição do SOS Pantanal — pode decidir por uma explosão de rocha, como meu colega do Ibama esclareceu, mas, só poderá ser feita se o Ibama autorizar, se tiver licenciamento ambiental para isso. Se não tiver licenciamento ambiental, esse comitê sequer poderá discutir explosão de rocha. Não temos esse licenciamento. Pode discutir? "Vamos fazer um planejamento de derrocamento". Para nós, na engenharia e também na legislação, a dragagem e derrocamento são sinônimos, derrocamento é um tipo de dragagem, mas, com certeza, tem um impacto, haverá um possível impacto, e será analisado — com mais profundidade, com mais carência, que não se faça nas outras — pelo Ibama. Não prevemos derrocamento no trecho Corumbá-foz do rio Apa. Só prevemos derrocamento no canal do Tamengo. Por isso, talvez, o Ibama não esteja dentro do Comitê de Dragagem. Acho que peguei todas as suas perguntas, mas, vamos responder todas as suas trinta e cinco contribuições com detalhes. Eu não peguei o nome do senhor, que está sentado, com camisa azul, que perguntou sobre os impactos da concessão para os ribeirinhos e comunidade local. Sempre trago, como exemplo, as grandes cidades que foram construídas ao redor de rios: Paris, com o rio Sena; Cairo, com o rio Nilo. Falando de mar, o Estado de São Paulo se tornou uma potência graças ao porto de Santos, porque tinha como entrar e sair com as mercadorias; sair com o nosso café e entrar com os produtos de que precisávamos naquela época. Todas as grandes cidades foram feitas ao redor de rios. Mostramos, no nosso estudo, que o impacto de criação de empregos diretos, não só na produção de mercadorias que serão movimentadas, mas, vamos ter mais embarcações navegando, mais necessidade de manutenção dessas embarcações, necessidade de alimentação dessa tripulação, necessidade de pessoas para operar essas embarcações. Só estou falando de emprego direto. A criação de emprego direto e indireto quando se viabiliza um projeto de infraestrutura é muito grande, diante desses exemplos que eu dei, dessas grandes cidades e do estado de São Paulo, com o Porto de Santos. Prevemos um calado de dois metros também no rio Paraguai. Esperamos um calado de dois metros, quando a régua de Ladário estiver "menos onze centímetros"; e calado de três metros, quando a régua estiver a "mais noventa e quatro centímetros" Menos doze centímetros e mais 94 centímetros. Acho que falei "menos onze centímetros", mas, é "menos doze centímetros". Por que prevemos esse escalado? Hoje, as embarcações que navegam e que fizeram nove milhões de toneladas em 2023, o empurrador "cala" isso, "cala" de seis a seis metros e meio. Colocamos os seis metros e meio. Os empurradores já passam aí... Se colocarmos o calado de um metro e meio, os empurradores encalharão. A minha equipe esteve no Mississipi em 2023 e os comboios agora estão "calando" de três a quatro metros. Eles também ampliaram seus calados. E sobre o modal ferroviário, é uma opção, mas, mais poluente do que o modal hidroviário. O modal hidroviário vence em qualquer... Na eficiência, na sustentabilidade... "Navegar é preciso". Ganhamos em eficiência e em sustentabilidade. O modal ferroviário pode ser uma opção, uma opção mais cara e que emite mais gás efeito estufa. Acho que o último comentário do senhor — se eu não perdi nenhum questionamento; se perdi, perdoe-me e estou à disposição — foi sobre



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

o nosso estudo de cento e vinte anos. Pegamos o estudo de cento e vinte anos para ver o comportamento do rio. O rio Paraguai, em 1963, teve uma seca parecida, quase igual a de 2024. Tivemos um período de dez anos — de 1964 a 1973, ou 1974, eu nunca gravo esses números, mas, o ano inicial é 1964 — de seca, como tivemos em 2023, em 2024 e tomara que não tenhamos em 2025. Que cesse esse período! Que não se repita o período de dez anos que tivemos em 1964. E propomos à concessionária, colocamos no contrato — finalizando, deputado, e se ficou algum para trás, perdoe-me, estou aqui à disposição — que o concessionário terá que manter a navegabilidade trezentos e sessenta e cinco dias por ano, mantida a zona de normalidade do rio. O compromisso dele e a obrigação dele com o poder concedente, com o Governo Federal é manter a navegação dentro dessa zona de normalidade, quer dizer, de "menos doze centímetros", na régua de Ladário, para cima. Se isso secar, você não tem mais essa responsabilidade. É isso que dizemos e confiamos pelos cento e vinte anos. Se pegarmos os vinte anos, o histórico fica melhor ainda para nós, porque, nos cento e vinte anos, eu pego a cheia de 1963, mas, em vinte anos eu não pego... Trinta anos. Em até trinta anos eu não pego a cheia de 1963. Pelos números do rio Paraguai, no passado, confiamos que isso pode acontecer em 90% do tempo, em 90% dos cento e vinte anos, o rio Paraguai vai ficar acima de "menos doze centímetros", na régua de Ladário. Agradeço pelas perguntas e estou disponível para mais dúvidas.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Obrigado, Bruno. A última pergunta é da assessoria da deputada Gleice Jane.

SENHOR PÉRICLES (assessor jurídico da deputada Gleice Jane) — Doutor Bruno, meu nome é Péricles, sou da Assessoria Jurídica da deputada Gleice Jane, que esteve em visita ao alto Pantanal, na região da barra do São Lourenço, Serra do Amolar, conversou com muitas pessoas que residem naquele espaço, com várias famílias e tem uma grande preocupação deles. Teve uma questão de assoreamento, que se acentuou muito, inclusive, a escola que havia na ilha do Baguari foi derrubada pelo assoreamento, a quadra da escola foi engolida e as famílias sofrem muito com essa situação. O senhor falou que a possibilidade de dragagem não vai afetar o leito do rio, só que eles têm o transporte, aquela população se transporta pelos braços [de rio]; inclusive, para chegar à nova sede da escola, que fica na Barra do São Lourenço, eles acessam por um barco. A grande preocupação deles é a hora que tirarem esses sedimentos, a água vai ter que ocupar o lugar desses sedimentos que serão retirados do rio e essa água pode puxar [a água] dos braços. A Antaq e todo mundo envolvido estão ouvindo a população local? Há a população dos ribeirinhos, tem aldeia indígena, tem comunidade quilombola, tem a população que são os protetores da floresta do Pantanal. Essa é a grande preocupação da deputada Gleice, que foi lá, subiu por seis, oito horas de barco, pegou chuva na volta, olhou nos olhos daquela população. O senhor sabe me dizer se a população está sendo ouvida? Como ficou essa questão?

SENHOR BRUNO PINHEIRO (superintendente de Estudos e Projetos Hidroviários da Antaq) — Péricles, agradeço sua pergunta, é uma oportunidade de fazermos

um esclarecimento. Como trabalhamos com uma legislação, pede-se para trabalharmos os projetos de concessões. Neste momento, estamos analisando se tem viabilidade econômica o projeto de concessão e fazemos até um projeto viabilidade ambiental. O nosso tomo ambiental tem quase setenta páginas, mas nem de longe é o EIA/Rima [Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental], ou o estudo que o Ibama pede para fazermos um termo de referência. Todas as comunidades — ribeirinhas, quilombolas, comunidades indígenas — que existirem às margens do rio, sabemos que existem, na área de concessão, que poderão ser impactadas diretamente pela concessão, serão ouvidas. Não agora, porque, agora, estamos vendo a viabilidade. Talvez, poderíamos, nos estudos, falar: não é viável; precisamos fazer tanta dragagem, que não é viável fazer a concessão. Ou: temos tão pouca carga, que não paga a dragagem necessária. Então, estamos neste momento: fazer viabilidade econômica. Será que esse projeto para em pé? Consideramos que para. Colocamos esse projeto em audiência pública, esse processo foi em audiência pública, iremos a Corumbá em 10 de abril. Já soltamos a notícia, esta semana, mais tardar no início da semana que vem, estará no Diário Oficial da União, e estaremos, no dia 10 de abril, no centro de convenções. Vamos ouvir, mais uma vez, sobre liberdade econômica, o povo da ambiental sabe que vamos trazer sobre isso e, quando formos elaborar o EIA/Rima para fazer a dragagem, para fazer a implantação das torres, identificaremos as comunidades ribeirinhas. Já temos identificado, mas, teremos um estudo mais aprofundado para identificar as comunidades ribeirinhas e verificar se elas são impactadas diretamente. Se a gente precisa — Péricles, trazendo esse seu exemplo — tirar esse banco de areia que você comentou e se, ao retirar esse banco de areia, vai trazer água. Hoje, eu não sei lhe dizer se precisamos tirar esse banco de areia. Vamos fazer estudo no projeto de dragagem, no EIA/Rima. Se necessário — não estou dizendo que é, pelo amor de Deus, vamos ter que ouvir a comunidade — retirar esse banco de areia, o que vai acontecer? Mas este ainda não é o momento, estamos em um momento embrionário do projeto e já conversamos com a sociedade. É um projeto embrionário. Mais uma vez: no EIA/Rima, levantaremos a comunidade, veremos o impacto e conversaremos com as comunidades que podem se impactadas diretamente com a concessão. É isso. Obrigado, Péricles, pela sua pergunta.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (presidente da CPMADS) — Bruno, quero agradecer a sua contribuição, muito importante neste debate, que é muito sensível no estado. Principalmente na região pantaneira, todos têm uma preocupação com o Pantanal, porque, ele é um meio, o bioma com o qual todos têm uma atenção muito especial, um carinho muito especial. Desmistificar muitas questões são importantes e o debate faz parte da desmistificação. Claro que ninguém vai sair daqui completamente convencido de que não existe nenhum impacto em nosso Pantanal, mas, por meio dos próximos debates, teremos condições de, cada vez mais, ter a confiança de que estamos no caminho certo e que a sustentabilidade está acompanhando o desenvolvimento. Quero agradecer a presença do Bruno, do doutor Marco Antônio Delfino, do doutor Luciano Loubet, da assessoria do deputado Zeca do PT, da assessoria da deputada Gleice Jane e de todos vocês. Vamos fazer os encaminhamentos, Leonardo, e, também, que tenhamos a condição de realizar esses estudos, para podermos até apresentar para todos aqueles que acabam



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
REALIZADA EM 12/03/2025**

entrando em contato conosco, para fazermos os devidos esclarecimentos, tendo essa parte técnica. Foi anotada, Bruno, a questão da audiência pública, da hidrossedimentologia, mais ou menos isso, e esse estudo. Que possamos fazer esses encaminhamentos que estão sendo anotados pela nossa assessoria. Quero agradecer à Janine, à Piti, ao Nemésio e ao Messias pela ajuda para a realização desta reunião. Não havendo mais nada a tratar, avoco a proteção de Deus e declaro encerrada a presente reunião. Está encerrada (17h25min).